

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO EM JOVENS PORTUGUESES A CUMPRIR MEDIDAS TUTELARES EDUCATIVAS NA COMUNIDADE

Trabalho submetido por
Bárbara Roza de Oliveira Fernandes
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

outubro de 2013



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
EGAS MONIZ**

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

**FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO EM JOVENS PORTUGUESES
A CUMPRIR MEDIDAS TUTELARES EDUCATIVAS NA
COMUNIDADE**

Trabalho submetido por
Bárbara Roza de Oliveira Fernandes
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por
Doutora Ana Cristina Pestana Neves

outubro de 2013

Agradecimentos

E agora sim!!!

Este é o grande marco de uma etapa muito importante na minha vida. Algo para o qual batalhei muito. Hoje, mais do que nunca posso refletir sobre a minha evolução pessoal, enquanto aluna e pessoa e no que este percurso académico me possibilitou.

Gostaria de começar por agradecer à minha Orientadora de dissertação, professora Cristina Neves, pela paciência, pela disponibilidade, por todo o apoio, compreensão, preocupação e pelas suas orientações sábias.

A todas as técnicas da equipa onde efetuei a minha recolha de dados, Dr.^a Susana Pereira, Dr.^a Isabel Mendes, Dr.^a Luísa Orelhas, Dr.^a Alida Serrano, Dr.^a Susana Patrício e Dr.^a Ana Bento pela disponibilidade e carinho. Em especial à Dr.^a Susana Pereira por me permitir recolher dados na sua equipa. Um muito obrigado também às administrativas pela disponibilidade e ajuda na procura infinita dos processos.

Aos colegas que “marcharam” comigo na dura escrita, Ana Romão, Joana Silva, Carla Pereira, Paulo Rodrigues, Rafaela Morgado, Cristina Veloso, obrigada pelos momentos únicos de paródia que marcaram estes dias. Às minhas meninas, um enorme obrigada já com saudade, ao som de fundo da nossa coletânea musical especial.

Em particular um especial agradecimento à Joana Silva, minha colega de seminário de dissertação, assim um obrigadão gigante, por atenderes às minhas preces!

Por último, quero agradecer às pessoas que me são mais próximas e me acompanharam de perto desde o início:

Em especial, à minha *partner* de estudo, companheira de 5 anos Romão!! Uma vez mais, obrigado por me dares força e por aturares as minhas constantes lamúrias e inseguranças. Obrigado por me teres acompanhado, vou relembrar sempre os risos, as parvoíces e os derradeiros combates ao sono, das noites na casa da “avô” e claro de saltar vedações.

Como não podia deixar de ser, queria agradecer com muito amor e carinho à minha família, aos meus irmãos, que estão sempre no meu coração, um grande obrigada por estarem comigo, por me aturarem e um grande pedido de desculpas em simultâneo pelas minhas constantes ausências.

À minha avó Manuela, que sem ela não era possível tornar o meu sonho realidade.

A ti avó Maria agradeço e dedico a minha tese. Tanto me perguntavas quando isto acabava, agora só com a saudade tenho pena que não estejas cá para assistir...

Ao meu querido Pai e à Sílvia, por todo o apoio, por todo o carinho e todo o amor que derem sempre.

À minha querida Mãe pela partilha das minhas dores, das lágrimas, das preocupações, pelos conselhos sábios e por todo amor.

A vocês família, por me ouvirem mesmo quando estão cansados e com outras preocupações, vocês são tudo para mim!

Por último, um especial obrigada a ti Dário. É com muito amor que te agradeço, não só por me teres apoiado durante o meu percurso académico, mas por estares comigo. Embora me repita não posso deixar de o dizer, Obrigada uma vez mais por não me deixares desistir, por insistires, mas sobretudo por me ouvires, por me amares e por me acompanhares, obrigada por me trazeres à realidade, por me dares conselhos, por me apoiares e sobretudo pelo teu amor... Obrigada por não desistires de mim e uma vez mais um pedido desculpa pelas minhas ausências que são acrescidas pela distância e pelos inúmeros dias repletos de trabalho que não me permitiram dar-te a atenção que queria e merecias. Agora e sempre, nós!

... e agora relembro, as dificuldades passadas, as noites sem dormir, os dias em que achava que não ia conseguir levar esta jornada até ao fim ... mas parece que chegou e de certo me tornou mais forte e experiente!

A todos um muito muito Obrigada!

Barbara Roza de Oliveira Fernandes

Resumo

A presente investigação pretende analisar o fenómeno da delinquência juvenil no contexto português, através da análise de múltiplos fatores de risco, potencialmente preditivos da reincidência de jovens a cumprir medidas tutelares educativas em meio livre. Os fatores e níveis de risco e de proteção foram comparados entre sexos, medidas de execução na comunidade aplicadas aos jovens e jovens violentos e não violentos. O presente estudo foi realizado com recurso ao Asset (e.g. Baker, Jones, Roberts, & Merrington, 2003) e ao SAPROF, este último em versão adaptada para jovens (De Vogel, De Ruiter, Bouman, & De Robbé, 2011). O Asset foi traduzido e utilizado pela primeira vez na população portuguesa, pelo que se incluiu um estudo preliminar sobre a sua validade, mais concretamente, a validade concorrente com um instrumento já usado no meio institucional português, o YLS / CMI (Hoge & Andrews, 2002). Através de um breve período de *follow-up* retrospectivo recolheram-se dados preliminares sobre a validade preditiva do Asset e do SAPROF. A investigação teve como base uma linha empírica, tendo-se recorrido essencialmente à leitura processual dos dossiers dos jovens com acompanhamento técnico no âmbito de uma medida tutelar educativa. No total foram avaliados 90 jovens, 13 do sexo feminino e 77 do sexo masculino. Foram identificados 2 (dois) resultados estatisticamente significativos, o primeiro resultado foi encontrado na análise da relação entre o nível de risco de provocar dano grave em outros e o sexo dos jovens e o segundo entre a comparação dos fatores de risco e proteção entre as medidas tutelares educativas. Relativamente ao estudo preliminar este demonstrou bons resultados, indicando o Asset e o SAPROF – versão adaptada para jovens – como instrumentos potencialmente válidos na avaliação do risco de reincidência na delinquência.

Palavras-chave: [3236] Delinquência; Fatores de Risco; Fatores de Proteção; Medidas Tutelares Educativas

Abstract

The present research aims to study the phenomenon of juvenile delinquency in the Portuguese context through the analysis of multiple risk factors, potentially predictive of recidivism in youth executing juvenile court-ordered measures in the community. These factors and risk and protective levels were compared between sexes and community execution measures applied to violent and non-violent juvenile youth. This investigation was conducted using Asset and SAPROF, the latter adapted to the young population. The Asset was translated and administrated for the first time in the Portuguese population, therefore it was conducted a preliminary study on the concurrent validity using YLS/CMI. The preliminary data on Asset and SAPROF's predictive validity was firstly collected over a brief retrospective *follow-up* period. Secondly this empirical investigation was devoted to the extensive reading of juvenile procedural files with technical assistance. Ninety cases were assessed, 13 females and 77 males, whereby there were identified two statistically significant results, one when analyzing the relationship between the risk level of causing severe damage to others and sex, and the second between the risk and protective factors comparison and the juvenile court-ordered measures. Concerning the preliminary study it demonstrated good results, indicating that both instruments were potentially valid in the assessment of risk of juvenile recidivism.

Keywords: [3236] Delinquency; Risk Factors; Protective Factors; Juvenile Court-ordered Measures

Índice

Introdução	11
Delinquência Juvenil	13
FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO	17
<i>Fatores de risco.</i>	17
Fatores de risco em jovens do sexo feminino e masculino.	25
<i>Fatores de proteção.</i>	28
Fatores de proteção em jovens do sexo feminino e masculino.	30
AVALIAÇÃO DE RISCO	31
CONTEXTO LEGAL PORTUGUÊS	36
<i>Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.</i>	37
<i>Objetivos de estudo.</i>	41
Método	42
PARTICIPANTES	42
INSTRUMENTOS	46
<i>Asset.</i>	47
<i>Structured Assessment of Protective Factors for Violence Risk.</i>	52
<i>Youth Level of Service/Case Management Inventory.</i>	54
PROCEDIMENTO	55
Resultados	57
DADOS GERAIS	57
ANÁLISE DOS OBJETIVOS	58
ANÁLISE DO PERÍODO DE <i>FOLLOW-UP</i>	61
INDICADORES DE VALIDADE DO ASSET E DO SAPROF	63
<i>Validade concorrente.</i>	63
<i>Validade preditiva.</i>	72
Discussão	77
ANÁLISE DOS OBJETIVOS	78
ANÁLISE DO PERÍODO DE <i>FOLLOW-UP</i>	81
INDICADORES DE VALIDADE DO ASSET E DO SAPROF	82
<i>Validade Concorrente.</i>	82

<i>Validade Preditiva.</i>	85
Conclusão	87
Referências	91
Anexos	98

Índice de Figuras

<i>FIGURA 1- Curva ROC – Pontuação total do Asset e a variável incumprimento</i>	<i>74</i>
<i>FIGURA 2- Curva ROC – Pontuação total do SAPROF e a variável incumprimento</i>	<i>74</i>
<i>FIGURA 3- Curva ROC – Pontuação total do Asset e a variável comportamento antissocial e/ou desviante</i>	<i>75</i>
<i>FIGURA 4- Curva ROC – Pontuação total do SAPROF e a variável comportamento antissocial e / ou desviante</i>	<i>75</i>

Índice de Tabelas

<i>Tabela 1- Distorções cognitivas e padrões de comportamento associados, segundo Walters (adaptado de gonçalves, 2008)</i>	15
<i>Tabela 2- Síntese de fatores de risco para o comportamento delinquente, identificados na literatura</i>	18
<i>Tabela 3- Síntese dos fatores de proteção para o comportamento delinquente, identificados na literatura</i>	29
<i>Tabela 4 - Dados estatísticos relativos aos pedidos recebido e executados a nível nacional nas equipas tutelares educativas (DGRS – MJ, 2006)</i>	38
<i>Tabela 5 - Medidas tutelares educaticas recebidas em 2012 a nível nacional (DGRS – MJ, 2006)</i>	39
<i>Tabela 6- Descrição dos crimes violentos e não violentos</i>	43
<i>Tabela 7- Frequência dos factos qualificados como crime</i>	44
<i>Tabela 8- Frequência das medidas tutelares educativas por cada jovem</i>	45
<i>Tabela 9- Estrutura do Asset</i>	48
<i>Tabela 10- Cotação dos fatores de risco dinâmicos</i>	49
<i>Tabela 11- Itens do SAPROF original e do SAPROF adaptado para a população jovem</i>	53
<i>Tabela 12- Média das subescalas do SAPROF</i>	58
<i>Tabela 13- Relação do sexo e o nível de risco de perpetrar danos graves em outras pessoas</i>	60
<i>Tabela 14- Relação entre o tipo de comportamento delituoso e a evidência de comportamento antissocial e/ou desviante no periodo de follow-up</i>	62

<i>Tabela 15- Relação entre o sexo e a variável ter cometido comportamento antissocial e/ou desviante</i>	63
<i>Tabela 16 - Correlação entre as subescalas do Asset e as dimensões do YLS / CMI</i>	65
<i>Tabela 17- Correlação entre a pontuação dos fatores de risco estáticos e a pontuação dos itens dos fatores de proteção</i>	66
<i>Tabela 18 - Correlação de Pearson entre as classificações das subescalas relativas aos fatores de risco dinâmicos e itens relativos aos fatores de proteção</i>	69
<i>Tabela 19 - Correlação entre as pontuações das escalas do Asset e os fatores do SAPROF</i>	71
<i>Tabela 20- Teste Qui-quadrado, associação entre os níveis de risco do Asset e do YLS/CMI</i>	72
<i>Tabela 21- Comparação de médias entre a pontuação total do Asset e da pontuação total do SAPROF e a variável ter demonstrado incumprimento da medida em vigor</i>	72
<i>Tabela 22- Comparação de médias entre a pontuação total do Asset e a pontuação total do SAPROF e a variável ter demonstrado comportamento antissocial e/ou desviante durante o período de follow-up</i>	73

Introdução

O estudo da delinquência juvenil remonta ao século XVIII e até ao presente têm sido elaborados diversos estudos. Esses estudos têm-se centrado sobre as variáveis explicativas do comportamento criminal, com especial atenção para as diferenças entre sexos e entre os tipos de comportamento (violento/não violento). Dos diferentes estudos foram encontrados alguns resultados transversais, tais como o facto de alguns dos comportamentos delinquentes fazerem parte de uma fase transitória da idade dos jovens, havendo um pico de idade no cometimento de atos criminais e um posterior decréscimo aquando da entrada na idade adulta (e.g. Loeber & Farrington, 1998). No mesmo sentido, tem-se verificado que o melhor preditor do comportamento no futuro é o comportamento do passado, sendo que a precocidade no início do cometimento de crimes tende a estar associada à probabilidade de reincidir em comportamentos delinquentes (e.g. Wasserman, Keenan & Tremblay, 2003).

A consolidação das informações obtidas nas investigações possibilitou a criação de instrumentos para avaliar a presença ou ausência dos preditores do comportamento criminoso juvenil. Os instrumentos desenvolvidos até hoje sofreram algumas alterações sendo que inicialmente apenas avaliam fatores de risco estáticos (preditores que não são passíveis de sofrer alterações), depois passaram a avaliar fatores de risco estáticos e dinâmicos (preditores que podem sofrer alterações) e posteriormente passaram a integrar a gestão do risco, neste sentido, estes instrumentos além de possibilitarem informar qual o risco de comportamentos delinquentes que o jovem apresenta e permitirem identificar as áreas de intervenção para diminuir o risco, possibilitam desenvolver investigações e aprofundar o conhecimento do fenómeno da delinquência juvenil.

Procurando colmatar a escassez de estudos portugueses exclusivamente com jovens a cumprir medidas tutelares educativas, surge a presente investigação, que pretende analisar o fenómeno da delinquência juvenil no contexto português. Pretende-se transmitir uma melhor compreensão do comportamento delinquentes através da análise dos múltiplos fatores de risco, potencialmente preditivos da reincidência de jovens a cumprir medidas tutelares educativas em meio livre.

O enquadramento será desenvolvido em torno da temática da delinquência juvenil, mais especificamente teorias e estudos que sustentam as variáveis apontadas pela literatura

como preditoras do comportamento delinquentes. Posteriormente, será descrito o procedimento da presente investigação bem como os resultados obtidos.

Delinquência Juvenil

A delinquência tem vindo a ser alvo de diversos estudos, nos vários domínios da ciência comportamental. São diversas as perspetivas teóricas que tentaram desenvolver explicações para a problemática da delinquência (e.g. abordagem biológica, abordagem psicológica, abordagem sociológica), todas elas propuseram nas suas explicações o contexto social no qual o jovem está inserido, bem como as adversidades pelas quais poderá ter passado durante o seu desenvolvimento (Santos, 2004).

As explicações teóricas surgiram e desenvolveram-se tendo em conta o espaço temporal em que se encontravam. As teorias sobre o crime que contribuíram para o estado da arte atual sobre a delinquência e o comportamento criminal, isto é, que contribuíram para a construção do conhecimento da explicação do comportamento criminal, são diversas. De forma sintética, podemos agrupá-las em 5 (cinco) marcos temporais. Um primeiro, cerca do século XVIII, denominado de Teorias Clássicas que teve como impulsionadores Cesare Beccaria e Jeremy Bentham. Estas teorias foram construídas no princípio de que os indivíduos escolhem cometer crimes em função do peso dos custos e benefícios, bem como da crença que o crime pode ser dissuadido através de punição rápida e severa (Siegel, 2011).

Posteriormente, no início do século XIX, surgiram as Teorias Positivistas, com Franz Gall, Johann Spurzheim, J. K. Lavater, Cesare Lombroso, Raffaele Garofolo, entre outros. Consideravam que as pessoas que cometiam delitos nasciam com predisposição para praticar crimes, ou seja, consideravam que existia um determinismo genético, biológico e mental (Dias, & Andrade, 1997; Siegel, 2011).

No início dos anos 50 (cinquenta) do século XIX, surgem as Teorias Marxistas, potenciadas por Karl Marx, Willem Bonger, Ralf Dahrendorf e George Vold. Estas teorias possuíam como base idealista a crença de que o crime surgia em função da luta de classes, devido ao sistema capitalista em que na promoção do ambiente de competição o crime era inevitável (Siegel, 2011).

Nos finais do século XIX, surge Émile Durkheim, Ernest Burgess, Clifford Shaw, Walter Reckless e Frederic Thrasher, como fundadores das Teorias Sociológicas. Estas teorias defendiam que o contexto social em que a pessoa se encontrava determinava o seu comportamento e neste sentido considerava as áreas urbanas desorganizadas tornavam-se

os centros do crime, sendo que a associação da ausência de oportunidades auxiliou os indivíduos na promoção de subculturas criminais.

Mais recentemente, no século XX, cerca de 1930, Sheldon e Eleanor Glueck, potenciaram as Teorias Integrativas/Multifatoriais, tendo por ideologia que o crime surge em função dos fatores ambientais, sociais, físicos e psicológicos e que cada um destes contribui de forma independente para moldar e direcionar os padrões comportamentais das pessoas. As teorias desenvolvidas nesta linha de pensamento consideraram ainda que défices nas áreas supracitadas aumentavam o risco de cometer um crime. Contudo, estes teóricos chamam à atenção de que se essas áreas fossem fortalecidas nos indivíduos em risco de cometer crimes, estes poderiam resistir ao cometimento de comportamentos antissociais (Siegel, 2011).

Relativamente a contributos teóricos específicos da Psicologia que permitiram a compreensão do fenómeno do comportamento criminal encontramos a teoria de Daniel Glaser (s.d., citado por Gonçalves, 2008) em que considera que o indivíduo através de um processo de mediação cognitiva toma a decisão de cometer ou não um crime. Este autor, acrescenta ainda que a tomada de decisão é influenciada por 3 (três) fatores: *1) o conjunto de laços criminais ou convencionais existentes; 2) as experiências de aprendizagem social anteriores que tenham proporcionado ideias, competências ou prazer direcionadas para obter gratificações em atividades criminais ou pró-sociais; 3) a percepção que o sujeito tem das necessidades, oportunidades e riscos a avaliar em cada circunstância e momento (pp.71).*

Por outro lado, a Teoria do Estilo de Vida Criminal propôs uma explicação para a manutenção do comportamento criminal com base num modelo de cariz cognitivo. Neste sentido, Walters (1990, citado por Gonçalves, 2008) refere que existem 4 (quatro) aspetos fundamentais para a manutenção do estilo de vida criminoso, sendo elas, as circunstâncias, a escolha, as cognições e o comportamento. O autor considera ainda que estes aspetos fundamentais só se tornam muito relevantes quando influenciado por distorções cognitivas. Associada a esta teoria revela 8 (oito) distorções cognitivas e combina com estas, padrões de comportamentos que influenciam o estilo de vida criminal (tabela 1).

Tabela 1

Distorções cognitivas e padrões de comportamento associados segundo Walters (adaptado de Gonçalves, 2008).

Distorção cognitiva	Padrão de comportamento
Autodesculpabilização Curto-circuito	Irresponsabilidade
Permissividade Controlo do meio	Intrusividade interpessoal
Sentimentalismo Superotimismo	Autoindulgência
Indolência cognitiva Inconsistência	Quebra das regras sociais

Walters (1990, citado por Gonçalves, 2008) sugere que o estilo de vida de um delinquente é representado por irresponsabilidade na escola, no trabalho, em casa, com propensão para atividades impulsivas, abuso de álcool e drogas, promiscuidade sexual, ostentação de tatuagens e história de agressões recorrentes a pessoas.

No mesmo espaço temporal, Hirschi e Gottfredson (1988) apresentaram um modelo integrador – Teoria Geral do Crime – com base em diversas teorias desenvolvidas anteriormente. Nesta teoria, os autores atribuem a propensão para cometer crimes ao nível de autocontrolo, na medida em que a ausência do autocontrolo promove a tendência para a supressão das necessidades e desejos de forma imediata, não havendo lugar a preocupações com as possíveis consequências. Estes indivíduos tendem a agir de forma impulsiva, apenas com a preocupação de suprimir as suas necessidades e na busca de novas sensações. Tendem ainda a recusar trabalhar com vista a objetivos de longo prazo, não demonstrando tenacidade nem persistência.

As explicações do comportamento criminal iniciaram-se com explicações primitivas, mais especificamente com a ideia da filosofia hedonista, na medida em que o indivíduo cometia crimes porque iria ter algum benefício, ganho. Posteriormente, o determinismo genético passa a ganhar terreno na explicação do comportamento criminal e consegue incluir na sua explicação os indivíduos que a teoria anterior não conseguia.

Atualmente abandonou-se estes ideais rígidos e passou-se a considerar o indivíduo e o seu contexto para entender o comportamento criminal, na medida em que o contexto desenvolvimental e as características individuais poderão facilitar a passagem ao ato. De uma forma geral as teorias passaram a incluir em comum as características individuais e os fatores contextuais (Fonseca, 2004).

Para a compreensão do comportamento criminal foram elaborados estudos longitudinais através dos quais foi possível identificar a presença de condicionantes e características específicas nos delinquentes ao longo da sua infância e até à juventude que prediziam o comportamento criminoso.

O Estudo Longitudinal de Cambridge tornou-se um marco importante, pois permitiu analisar o crime, a delinquência e o comportamento antissocial em 411 (quatrocentos e onze) jovens londrinos dos 8 (oito) aos 32 (trinta e dois) anos, ou seja permitiu estabelecer os preditores que contribuíram para a continuidade do comportamento delinvente da adolescência para a idade adulta. Com base neste estudo, David Farrington (1998) formulou uma teoria com vista a explicar os dados observados e neste sentido postulou que a passagem ao ato era influenciada por 4 (quatro) fases: motivação - em que existe o desejo de obter algo em função de atingir um estatuto social ou por excitação; dos métodos - que permite obter o desejado, ou seja, a obtenção por meio ilegal; as crenças internalizadas - que facilitam a passagem ao ato, uma vez que estão associado à negação ou minimização do ato; e o processo de tomada de decisão - em que a pessoa pondera as vantagens e desvantagens da situação.

Em conclusão, verificou-se que é comum a todas as teorias que o comportamento tende a resultar da interação entre os fatores genéticos, sociais e ambientes a que o jovem está inerente (Wasserman, Keenan & Tremblay, 2003). De acordo com Formiga, Aguiar & Omar (2008), a conduta antissocial e delitiva não está apenas relacionada com o sujeito e os seus traços da personalidade, uma vez que estes são salientados e influenciados pela capacidade de organização do sujeito a partir da identidade com os pares ou com os responsáveis pela manutenção de uma conduta convencional (e.g. pais e professores). Denota-se assim que o contexto sociocultural torna-se imprescindível na definição da delinquência, uma vez que os comportamentos delinquentes são resultado do incumprimento das regras e normas adjacentes ao contexto (Torres, 2010). Nesta sequência,

vários autores referem que para a explicação das causas e para intervir junto dos jovens delinquentes, devemos integrar a pessoa e o seu comportamento no seu ambiente (Gómez, Genovés, & Cieza, 2010). Neste sentido, a Teoria Geral do Crime menciona que embora as oportunidades de cometer crimes diminuam, os indivíduos que possuem características que os tornam propensos a cometer delitos, permanecem com essas características. Por isso, quando se avalia ou intervêm nesta área, deve ser considerado as diferentes áreas da vida que influenciam o indivíduo (Gonçalves, 2008). Atualmente embora de difícil definição esta problemática permanece associada ao desvio social (Santos, 2004).

Fatores de risco e proteção

Fatores de risco.

Fatores de risco podem ser definidos como características ou variáveis que quando presentes num indivíduo predizem um aumento da probabilidade de comportamentos delinquentes. Essas características ou variáveis podem estar presente nos vários domínios da sua vida, individual e/ou contextual (Kazdin, Kessler, Kopfer, & Offord, 1997; Murray, & Farrington, 2010; Shader, 2000).

Os estudos indicam que se um jovem possui alguns fatores de risco, tende a aumentar o seu nível de risco de reincidência e consequentemente aumenta a probabilidade de se tornar delincente. Deste modo, a avaliação de risco pode ajudar a determinar o tipo de intervenção que melhor atendem às necessidades dos jovens e diminuir seu risco de reincidência (Farrington, 2000; Shader, 2000).

A identificação de fatores de risco torna-se essencial para a formulação de intervenções que previnam a escalada da delinquência para a criminalidade crónica. Importa referir que a presença de um fator de risco *per si* não promove a delinquência. Neste sentido, deve entender-se que a probabilidade do comportamento delincente aumenta consoante a presença do número de fatores de risco ou áreas referentes aos fatores de risco, consoante a sua precocidade e combinação desses fatores de risco. A presença isolada dos fatores de risco pode ser identificada em diversos jovens, mas a sua combinação irá variar de jovem para jovem (Loeber & Farrington, 1998; Wasserman, Keenan & Tremblay, 2003).

Estudos de meta-análise têm ajudado a sintetizar os estudos longitudinais relativos aos fatores de risco que predizem o comportamento criminal na adolescência e no início da idade adulta (Loeber, & Farrington, 1998; Green et al, 2008). Estes estudos longitudinais permitiram identificar quatro categorias significativas: comportamento antissocial precoce; características pessoais dos jovens; características dos pais e familiares; e características sociais, dos jovens ou das suas famílias (Loeber & Farrington, 1998). Farrington (2006) menciona que estes fatores de risco tendem a estar interrelacionados.

A relação entre as características individuais e contexto social é importante na compreensão, redução ou prevenção do crime. As pesquisas têm identificado uma variedade de fatores fortemente associados à delinquência e tendencialmente tendem a ser agrupados em grandes áreas, sendo elas características individuais, contextuais (família, escola e pares) e comunidade (Catchpole & Gretton, 2003; Farrington, 2007; Loeber & Farrington, 1998; Whyte, 2004).

Através da pesquisa bibliográfica destacaram-se alguns fatores de risco preditivos do comportamento criminal (tabela 2).

Tabela 2

Síntese de fatores de risco para o comportamento delincente, identificados na literatura.

Individual ^a	<ul style="list-style-type: none"> - hiperatividade; - problemas de concentração; - agitação e necessidade de correr riscos; - agressividade; - iniciação precoce de comportamento violento, atividade criminal ou comportamento antissocial; - envolvimento em outras formas de comportamento antissocial; - crenças e atitudes favoráveis ao comportamento violento, antissocial e desviantes; - falta de competências verbais (atraso do desenvolvimento pode comprometer o processo de socialização); - sintomatologia psiquiátrica (estados de humor negativos, traços de hiperatividade, impulsividade e agressividade); - fraca vinculação com os cuidadores; - fatores emocionais; - desenvolvimento cognitivo baixo; - baixa inteligência; - ausência de atividade de ocupação estruturadas.
-------------------------	---

Tabela 2

Síntese de fatores de risco para o comportamento delinquente, identificados na literatura (continuação).

Contextual	Família^b	<ul style="list-style-type: none"> - deficiente supervisão do quotidiano; - práticas educativas inconsistentes (alternando do permissivo para o rígido) e/ou rígidas; - história de violência (exposição à violência interparental, entre irmãos); - maltrato, abuso físico e negligência; - dependências de substâncias por parte dos cuidadores; - modelos parentais antissociais; - problemáticas psiquiátricas dos cuidadores; - estrutura familiar numerosa; - conflitos familiares; - familiares com vinculação fraca para com o jovem; - pouca valorização académica por parte dos cuidadores; - atitudes parentais favoráveis à violência; - vinculação fraca dentro do núcleo familiar; - fraca qualidade das interações dentro do núcleo familiar; - rutura de relação conjugal e /ou separação precoce
	Pares^c	<ul style="list-style-type: none"> - associação a pares desviantes; - rejeição por parte dos grupos de pares convencionais; - prevalência de normas e valores que apoiam o comportamento antissocial; - associação a gangs.
	Escola^c	<ul style="list-style-type: none"> - fraco desempenho escolar; - fraca cooperação entre professores; - baixo comprometimento com a escola; - absentismo e abandono escolar; - relação débil professor-aluno; - fracas aspirações educacionais; - baixas expectativas de sucesso; - execução das regras desadequadas; - fraca vinculação ao espaço escolar.

Tabela 2

Síntese de fatores de risco para o comportamento delinquente, identificados na literatura (continuação)

Comunidade^a	<ul style="list-style-type: none"> - pobreza; - bairros desorganizados com baixo controlo social; - bairros com altos níveis de criminalidade; - vizinhança adulta envolvida em crimes; - exposição a violência e ao preconceito racial; - acesso a armas.
-------------------------------	--

^a Brazão, Cunha, & Mesquita, 2009; Catchpole, & Gretton, 2003; Farrington, 2007; Gómez et al, 2010; Green, et al., 2008; Loeber, Farrington, & Petechul, 2003; O'Mahony, 2009; Wasserman, Keenan, & Tremblay, 2003.

^b Brazão et al, 2009; Farrington, 2007; Gómez, Genovés, & Cieza, 2010; Green, et al., 2008; Loeber & Farrington, 1998; Loeber, Farrington, & Petechul, 2003; O'Mahony, 2009; Wasserman, Keenan, & Tremblay, 2003.

^c Brazão et al, 2009; Farrington, 2007; Gómez et al, 2010; Green, et al., 2008; Loeber & Farrington, 1998; Loeber, Farrington, & Petechul, 2003; O'Mahony, 2009; Wasserman, Keenan, & Tremblay, 2003.

^d Brazão et al, 2009; Gómez et al, 2010; Loeber & Farrington, 1998; Loeber, Farrington, & Petechul, 2003; O'Mahony, 2009; Wasserman, Keenan, & Tremblay, 2003.

Para uma compreensão estrutural dos fatores de risco, importa referir que estes podem ser divididos em estáticos e dinâmicos. Os primeiros são referentes a situações que já terão corrido e que não podem ser modificadas (e.g. precocidade da primeira ofensa). Os segundos também denominados de necessidades ciminógenas, são aqueles que podem ser alterados através de intervenções, ou seja, são passíveis de ser modificados (e.g. baixo autocontrolo). Relativamente aos fatores de risco dinâmicos, uma vez identificados e alvo de intervenção adequada, este diminui, o que consequentemente irá resultar numa diminuição no nível de risco geral (Douglas, & Lavoie, 2006; Gómez et al, 2010; Vincent, Chapman, & Cook, 2010).

Entenda-se que o comportamento antissocial na adolescência pode ser considerado estatisticamente normativo e interpretado como uma tentativa dos jovens expressarem autonomia (Aguilar, Sroufe, Egeland & Carlson, 2000, citado por Benavente, 2002). Segundo Moffitt (1993), a normatividade deste comportamento pode a ser considerado até determinado grau, uma vez que ocorre num grande número de jovens. Neste sentido, Moffitt (1993), descreve dois tipos de delinquentes, um pequeno grupo que persiste no comportamento antissocial e um outro que demonstra comportamentos antissociais apenas na adolescência, acabando por abandonar estes comportamentos após a transição para a idade adulta. Esta categorização explica de alguma forma a intensidade dos

comportamentos, que se tende a centrar entre os 15 (quinze) e os 17 (dezassete) anos e o seu posterior declínio aquando a entrada na idade adulta (Capaldi & Stoolmiller, 1999, citado por Benavente, 2002; Loeber & Farrington, 1998). Um estudo de Wong e colaboradores (2010) demonstrou que o pico de idade para o cometimento de crimes foi aos 14 (catorze) anos. Por outro lado, Farrington (1998) demonstrou no seu Estudo Longitudinal de Cambridge que o pico das infrações foi dos 14 (catorze) aos 20 (vinte) anos de idade.

Desta forma, alguns autores defendem que os comportamentos antissociais são um parâmetro do processo normativo de socialização e que tende a diminuir à medida que se passa da adolescência para a adultez.

Com base no estudo longitudinal de Cambridge e em outros estudos, Loeber e Farrington (1998) concluíram que os delinquentes se distinguem entre si, mais especificamente subdividiam-se em violentos e não violentos, sendo que os violentos eram mais propícios a cometer homicídios, violações, roubos assaltos e raptos e os não violentos, cometiam roubos de veículos, arrombamentos, roubo de dinheiro e tráfico de droga. Snyder (s.d., citado por Loeber & Farrington, 1998) com base na análise de dados de tribunais verificou que, a maioria dos delinquentes crónicos terão cometido pelo menos um crime violento ou não violento.

Ao analisar a reincidência violenta, Mulder, Brand, Bullens, e Van Marle (2011), verificaram que 62.9% dos jovens ofensores (n=458) reincidiram em ofensas violentas. Ao comparar os reincidentes não violentos, com os violentos, os últimos demonstraram uma pontuação alta nos fatores de risco estáticos: um número alto de ofensas no passado, idade da primeira ofensa jovem, vítimas desconhecidas em ofensas passadas, comportamento criminal dos membros da família, história de negligência e abuso de álcool por parte dos educadores. Quanto aos fatores de risco dinâmicos, os reincidentes violentos tenderam a apresentar problemas de insight, baixo suporte emocional, ausência de coping, ausência de motivação e adesão ao tratamento.

Relativamente à reincidência geral um estudo espanhol de Gómez e colaboradores (2010) identificaram uma relação entre a idade, reincidência e violência, na medida em que os jovens com 18 (dezoito) ou mais anos tendencialmente apresentaram um maior número de delitos, maior número e duração de medidas, bem como maior reincidência. Estes

autores verificaram ainda que os jovens reincidentes tendem a obter pontuações significativamente superiores aos não reincidentes (à exceção da área lazer), sendo que os reincidentes apresentaram um nível de risco superior aos não reincidentes.

Quanto aos delinquentes violentos, em Portugal, um estudo de Brazão e colaboradores (2009) sobre um grupo de jovens acompanhados por uma equipa da área tutelar educativa da Madeira, demonstrou que os jovens delinquentes violentos possuem a probabilidade de apresentar um maior número de delitos, um maior número de medidas e tendem a ter medidas de maior duração. Contudo deve ficar a ressalva de que a maioria dos jovens desta investigação tinha cometido crimes violentos (e.g. roubo com violência). Relativamente ao nível de risco, os jovens não violentos são apresentaram níveis de risco altos, enquanto os violentos, embora em menor percentagem, apresentaram um nível de risco moderado.

Considerando que cada indivíduo possui diferentes necessidades criminógenas, torna-se importante compreender os fatores de risco específicos da reincidência, para que se possa elaborar intervenções de maior sucesso e prevenir o comportamento criminal persistente (Lodewijks, Doreleijers, de Ruiter, & de Wit-Grouls, 2006, Loeber, Slot, & Sergeant, 2000 Resnick, Ireland, & Borowski, 2004, citados por Mulder, et al. 2011).

O estudo de Mulder e colaboradores (2011) permitiu ainda identificar 4 (quatro) fatores de risco estáticos, que se verificaram significativos na reincidência: um número alto de ofensas no passado, idade muito jovem da primeira ofensa, vítimas desconhecidas de ofensas praticadas no passado e pobres competências parentais durante a infância. Quanto aos fatores dinâmicos, foi obtido pelo estudo os seguintes fatores de risco: o contato com pares antissociais, a falta de adesão ao tratamento, a falta de estratégias de coping positiva, e incidentes ou agressões na instituição (Formiga et al, 2008).

Outro estudo demonstrou que pontuações altas na dimensão dos fatores de risco dinâmicos, aumentam a probabilidade de reincidência, de cometer outros delitos, de cometer delitos mais graves e são propensos a no espaço de um ano receber uma medida privativa da liberdade (Wilson, & Hinks, 2011).

No mesmo sentido, Baker, Jones, Roberts e Merrington (2005) verificaram que os jovens que em avaliações apresentaram pontuações altas na subescala que avaliava o estilo de vida, pensamento e comportamento e na subescala que avaliava as atitudes face à

delinquência tendiam a apresentar medidas privativas da liberdade e medidas na comunidade.

Wilson e Hinks (2011) num estudo com 5126 jovens em que 54.4 % apresentavam um risco moderado de comportamentos delinquentes, verificaram que os jovens que apresentaram pontuações altas nas subescalas que avaliavam os fatores de risco dinâmicos tendencialmente recebiam medidas privativas da liberdade.

Wasserman, Keenan e Tremblay (2003), verificaram que em criança os fatores de risco mais preocupantes estão associados aos fatores de risco individuais e familiares. Após o desenvolvimento da criança e a sua ligação com a comunidade e escola, passam a ter um papel integrante mais significativo o que os expõe a outros fatores de risco, tal como a escola, o grupo de pares e a comunidade. Ficando a ressalva de que durante o desenvolvimento do jovem, este está exposto a todos os fatores de risco.

No mesmo estudo, Gómez e colaboradores (2010), verificaram que cerca de 79% dos jovens não teve, de forma ativa, a presença das figuras paternas. Constatou ainda que 47% dos jovens integrava uma família monoparental, 9% residia coma família alargada e 3% encontravam-se acolhidos numa instituição. Verificou-se além da precariedade económica, uma associação das condições habitacionais com a deterioração das relações intrafamiliares e consequentemente a diminuição da qualidade dos cuidados parentais. Associado à precariedade económica, surge a perceção por parte dos jovens, de que detêm falta de oportunidades, conduzindo-os assim à frustração e à procura do sucesso, por meios ilícitos. Estes dados sugerem que o agregado familiar é um fator bastante importante na regulação dos comportamentos e no processo de desenvolvimento dos jovens, uma vez que é a família que regula, ou deveria regular, os comportamentos dos jovens através, por exemplo, do controlo e da supervisão. A ausência destes torna-se assim num facilitador para o envolvimento em comportamentos delinquentes.

Loeber e Farrington (1998) através de uma meta análise, sintetizaram estudos longitudinais, o que lhes permitiu identificar fatores de risco preditivos da delinquência séria ou comportamento violento na adolescência e adultícia. Este estudo identificou fatores de risco preditivos nos jovens em duas faixas etárias distintas, entre os 6 (seis) e 11 (onze) anos e entre os 12 (doze) e os 14 (catorze) anos. Assim, entre os 6 (seis) e 11 (onze) anos de idade, verificaram que, os rapazes que possuíam história de ofensas prévias, abuso de

substâncias e pais/cuidadores com comportamentos antissociais, apresentaram comportamentos delinquentes sérios ou violentos entre os 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco). No mesmo sentido, os jovens entre os 12 (doze) e os 14 (catorze) anos que demonstraram ausência de laços sociais fortes, associação a pares antissociais e ofensas prévias, exibiram comportamentos delinquentes sérios ou violentos entre os 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) anos (Loeber, & Farrington, 1998).

Por outro lado, Farrington (1998) revelou no seu Estudo Longitudinal de Cambridge que após os 32 (trinta e dois) anos deu-se uma diminuição de atitudes antissociais. Acrescenta ainda que as infrações e a agressividade diminuíram com a idade, embora o abuso de bebidas alcoólicas e drogas tendencialmente aumentasse.

Os serviços de Justiça Juvenil e Prevenção da Delinquência (Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention's) mencionam que os jovens que se envolvem no sistema de justiça precocemente são significativamente mais propensos a continuar na carreira criminal. Dados deste serviço descrevem que 6 (seis) em cada 10 (dez) crianças com idades entre os 10 (dez) a 12 (doze) reincidem no comportamento criminal (McGarrell, 2001). Estes serviços relatam ainda que o risco de se tornar um criminoso grave, por exemplo, é de duas a três vezes maior para crianças com início de comportamento criminal com idades de 7 (sete) a 12 (doze) do que para os jovens cujo início de delinquência é mais tardia (Loeber, Farrington, & Petechuk, 2003)

Gonçalves (2006) elaborou uma síntese prática dos resultados consistentes apurados nas investigações e verificou que o comportamento agressivo e antissocial na infância é preditivo do mesmo comportamento na idade adulta. Associado a isto, refere que as crianças que se desenvolvem em ambientes desfavorecidos, que possuem fraca supervisão e disciplina, têm uma maior probabilidade de cometer atos violentos. Acrescenta ainda que existe uma predisposição fisiológica que torna a criança mais ou menos violenta, contudo o contexto em que se desenvolve irá moldar os seus tipos de comportamento.

Farrington (1998) no mesmo sentido relata que os preditores mais importantes, entre os 8 (oito) e 10 (dez) anos de idade, para uma futura infração são: comportamento antissocial da criança; hiperatividade, impulsividade, défice de atenção; baixa inteligência e rendimento escolar baixo; criminalidade familiar; pobreza familiar, família numerosa, condições habitação más; disciplina autoritária e rígida, supervisão pobre, conflito parental,

separação dos pais. Sendo que, no intervalo de idade acima referido a disrupção infantil tornou-se o melhor preditor.

Neste sentido, Loeber e Farrington (2000) revelam que através de autorrelatos que as crianças (14% a 19%), que residiam no centro da cidade, com idade compreendidas entre os 7 (sete) e os 12 (doze), tinham cometido roubos e agressões. Estes autores revelam ainda que 25% a 40% cometiam outros comportamentos graves e 8% a 9% cometiam furtos. Esta pesquisa demonstrou que as crianças eram responsáveis por uma proporção relativamente elevada de alguns tipos de crimes, nomeadamente, uma em cada 3 (três) detenções juvenis por crimes de incêndio, 1 (um) em cada 5 (cinco) detenções por vandalismo, e uma em 12 (doze) detenções por crime violento (Loeber, & Farrington, 2000).

Relativamente à prática criminal, verificou-se uma maior incidência nos crimes contra o património e em seguida contra as pessoas. Verificou-se ainda que 29% dos jovens praticam o crime singularmente e 71% em grupo. O tipo de crimes que os jovens praticaram individualmente foram ofensa à integridade física, furto, ameaça e danos. Enquanto em grupo tenderam a praticar furtos/roubos, danos, condução sem habitação legal e ofensas à integridade física (Brazão et al, 2009).

Farrington (1998) no seu Estudo Longitudinal de Cambridge encontrou como crimes mais comuns o furto, assalto a casas e carros. Em termos gerais a delinquência pode ser entendida como uma resposta dos jovens aos problemas com que se deparam.

Através dos estudos supra indicados é inteligível afirmar que os jovens delinquentes são uma população heterogénea e nesse sentido os estudos desta temática demonstraram inúmeros fatores de risco dos variados domínios, tal como identificado na tabela 2. Contudo, verificou-se que todos os estudos tendem a encontrar de forma sistemática fatores de risco individuais e contextuais (e.g. baixo autocontrolo; ausência supervisão parental). Estes resultados dizem-nos assim que a nível geral não é possível medir que fatores de risco são mais importantes, sendo sim importante e possível identificar que fatores de risco estão presentes em cada domínio especificamente em cada jovem.

Fatores de risco em jovens do sexo feminino e masculino.

Os estudos sobre a delinquência juvenil e os fatores de risco que predizem a delinquência, indicam diferentes resultados quando comparados os jovens e as jovens delinquentes.

É do conhecimento comum que existem diferenças entre os sexos e estas diferenças podem refletir-se ao nível do desenvolvimento físico, psíquico e social e através de estereótipos estabelecidos nas relações interpessoais, traços da personalidade que garantem o controlo ou não das experiências psicossociais, entre outras (Formiga et al, 2008).

Um estudo de Gómez e colaboradores (2010), verificou que os jovens do sexo masculino foram os que obtiveram resultados mais elevados quando comparado o número de delitos, o número de medidas e os meses de duração das medidas, contudo verificou-se que as diferenças, entre os sexos não foram significativas.

De acordo com Formiga e colaboradores (2008), os homens têm maior tendência para a busca de intensidade, novidade e sensação que as mulheres, sendo que o mesmo também se verifica na prática de condutas antissociais e delitivas. Um outro estudo ao diferenciar os vários tipos de agressão verificou que na infância, os homens tendem a ser mais agressivos que as mulheres (Tremblay, 2000).

Por outro lado, Wong e colaboradores (2010) verificaram que não existiam diferenças quanto à média do número de fatores de risco presentes nos rapazes e raparigas na infância e na adolescência. Contudo, os rapazes tendencialmente demonstraram um aumento da probabilidade em delinquir semelhante entre os níveis de risco, enquanto as raparigas demonstram um aumento da probabilidade em cada nível de risco. Verificaram ainda que, independentemente do sexo, quanto a mais fatores de risco o jovem for exposto, maior é a sua probabilidade em delinquir.

Porém, Wong e colaboradores (2010) encontraram diferenças entre sexos no que concerne à prevalência da delinquência durante a infância e a adolescência, sendo que aos 10 (dez) anos de idade houve apenas uma pequena, mas significativa diferença entre os sexos na prevalência moderada da delinquência grave. Nas restantes idades, a prevalência da delinquência demonstrou ser maior para os rapazes do que para as raparigas.

Os problemas de nascimento demonstraram ser um fator de risco para a delinquência na infância exclusivamente para as meninas. No mesmo sentido, o comportamento disruptivo precoce demonstrou ser um risco para a delinquência na infância e adolescência para as meninas, mas não para os meninos. Contudo, importa referir que independentemente do sexo, quanto a mais fatores de risco o jovem for exposto, maior é a sua probabilidade em delinquir (Wong, et al, 2010).

As jovens delinquentes apresentaram em média, um maior número de fatores de risco do que os rapazes delinquentes em cada fase do desenvolvimento. Quando foram consideradas as médias dos fatores de risco e de proteção, as jovens delinquentes em comparação com os meninos delinquentes pontuaram mais apenas a partir do meio da infância (Wong, et al, 2010).

Neste sentido, um estudo de Wong e colaboradores (2010) encontraram fatores de risco e proteção partilhados por rapazes e raparigas: comportamento insensível, insensível, supervisão por parte dos pais, a relação com os pais, e quase todos os fatores de risco e de proteção relacionado com a escola e grupo de pares. Relativamente a diferenças, identificaram diferenças entre rapazes e raparigas ao nível dos fatores individuais, mais especificamente a respeito dos problemas de nascimento, comportamento disruptivo precoce e ansiedade. Sendo que o comportamento disruptivo demonstrou ser um fator de risco para as raparigas na infância e na adolescência ao contrário dos rapazes.

Verifica-se pois que determinados fatores, características, variáveis, podem funcionar como instigadores do comportamento delincente e por isso torna-se importante identificar esses fatores, bem como as necessidades e dificuldades de cada jovem, ou seja, avaliar qual o risco que apresenta em função dos fatores de risco que possui e que estão associados à probabilidade de voltar a cometer aquele ou outro ato (Torres, 2010; Wilson & Hinks, 2011).

A tabela 2 sintetiza vários dos fatores de risco gerais encontrados na literatura, contudo para chegar a estes fatores foram necessários diversos estudos. Considerando que as diferenças entre rapazes e raparigas podem refletir-se nos diferentes níveis (e.g. desenvolvimento físico/psíquico/social, estereótipos...), sentiu-se necessidade de investigar os fatores de risco entre jovens do sexo feminino e masculino. Neste sentido, diversas investigações foram elaboradas e foram encontrados diversos resultados, tais como, os rapazes apresentarem níveis mais elevados de risco (e.g. Gómez et al, 2010), as jovens apresentarem um maior número de fatores de risco (Wong et al, 2010), entre outros.

Assim da análise dos vários estudos relativamente aos fatores de risco gerais conclui-se que, não existe fatores de risco chave para que se garanta que o jovem vai reincidir, existe sim determinados fatores de risco que associados entre si podem aumentar ou diminuir o risco de reincidência. Relativamente às diferenças de sexo podemos apurar

que não existem fatores de risco específicos para cada sexo, pode existir a prevalência de determinados fatores de risco devido à influência a que o jovem ou a jovem está exposto, sendo que essas influências são manipuladas pelos comportamentos e/ou estereótipos a que estão submetidos, enquanto jovem do sexo masculino ou feminino e papel social estereotipado.

Fatores de proteção.

Durante alguns anos os investigadores centraram-se na identificação de fatores de risco. Atualmente verifica-se uma forte preocupação com os fatores de proteção. A presença destes fatores pode diminuir o risco do comportamento delinquente. No entanto, a maioria dos instrumentos de avaliação de risco negligencia a avaliação dos fatores de proteção, contudo para uma boa avaliação de risco é necessário ter em conta fatores de risco e proteção.

Relativamente à definição de fator de proteção alguns autores referem que os fatores de risco e proteção são apenas conceitos contrários, contudo verificou-se que a ausência de um fator de proteção não é consequente a presença de um fator de risco (Farrington, & Loeber, 2000; Farrington, 2006).

Outra possível definição dos fatores de proteção é a de que estes interagem com fatores de risco, minimizando ou atenuando a influência e a exposição destes nos jovens (Farrington, & Loeber, 2000; Wasserman, Keenan & Tremblay, 2003; Farrington, 2006).

Atualmente permanece uma grande discussão na definição deste termo, não havendo ainda uma definição consensual. A proporção dos fatores de risco e proteção tem influência significativa no comportamento delinquente e tal como os fatores de risco, os fatores de proteção podem-se enumerar dentro de vários domínios: individual, familiares, relativos aos pares, à escola e à comunidade (tabela 3).

Tabela 3

Síntese dos fatores de proteção para o comportamento delinquente, identificados na literatura.

Individual^a		<ul style="list-style-type: none"> - competências sociais, tal como, a resolução de problemas, autocontrolo, competências cognitivas e de comunicação; - ser do sexo feminino; - possuir comportamentos e atitudes pró-sociais; - possuir um temperamento resiliente; - autoeficácia; inteligência alta; - extroversão; vínculo social; - bom desempenho académico; - atitudes desfavoráveis à violência; - boa autoestima
Contextual	Familiar^a	<ul style="list-style-type: none"> - comunicação entre cuidador-jovem; - práticas educativas consistentes; - clima familiar harmonioso; - país com empregos perto de casa.
	Pares^a	<ul style="list-style-type: none"> - vinculação a pares convencionais; - boas relações sociais.
	Escola^a	<ul style="list-style-type: none"> - vinculação escolar; - reconhecimento dos jovens pelos agentes escolares.
Comunidade^a		<ul style="list-style-type: none"> - suporte que permita envolvimento em atividades convencionais e pró-sociais.

^a Brazão et al, 2009; Gómez et al, 2010; Hart, O'Toole, Price-Sharps & Saffer, 2007; Loeber, Farrington, & Petechul, 2003; YJB, 2005; Wasserman, Keenan, & Tremblay, 2003.

No que concerne à presença de fatores de proteção, Hart e colaboradores (2007) efetuaram um estudo com jovens não delinquentes e com jovens delinquentes violentos e não violentos. Dos resultados desse estudo os autores verificaram que o grupo de jovens não delinquentes apresentara significativamente mais fatores de proteção e um nível de fatores de risco baixo, quando comparado com os delinquentes violentos e os delinquentes não violentos. No mesmo sentido verificaram ainda que no grupo dos delinquentes níveis alto nos fatores de risco e baixo nos fatores protetivos. Esta investigação permitiu aos autores concluir que os jovens que possuíam muitos fatores de risco e pouco fatores protetivos apresentavam uma probabilidade maior de cometer comportamentos delinquentes violentos.

Através do Estudo Longitudinal de Cambridge, Farrington (1998) identificou o casamento e a saída da cidade de Londres como fatores protetivos. O casamento só foi

considerado quando com mulheres sem registo criminal, em que os homens sofriam uma boa influência por parte da mulher e um afastamento dos pares desviantes. A saída de Londres, foi apontada como fator protetivo pois denotou-se um possível desmembramento dos gangs e consequentemente uma diminuição das atividades criminosas.

Um outro estudo de Hawkins, Graham, Williams e Zahn, (2009) referiu a escola como fator de proteção significativo em adolescentes e jovens adultos, sendo que as jovens que apresentaram resultados de sucesso na escola estavam menos propensas a praticar condutas impróprias e pertencer a *gangs*. Estes autores revelam ainda que os jovens com baixo de risco de reincidência e altos níveis de proteção tendem a envolver-se em menos comportamentos delinquentes, isto é, tendem a apresentar diferenças significativas independentemente do sexo.

Embora não seja consensual a definição do conceito fatores de proteção, é inteligível que a presença destes diminui os comportamentos delinquentes. A tabela 3 sintetiza os fatores de proteção encontrados na literatura e tal como os fatores de risco, podemos verificar que estes podem estar presentes nos vários domínios da vida dos jovens. Considera-se muito importante a identificação da presença destes fatores, bem como a identificação e posterior intervenção de potenciais fatores de proteção.

Importa referir que esta é ainda uma temática em desenvolvimento e com necessidade de investigação. Neste sentido Farrington e Loeber (2000) chamam a atenção para a necessidade de pesquisas sobre fatores de proteção dos jovens delinquentes, mais especificamente nos delinquentes violentos.

Fatores de proteção em jovens do sexo feminino e masculino.

Relativamente às diferenças entre sexos, no estudo de Hart e colaboradores (2007), foi possível identificar diferenças significativas, mais especificamente a presença de atividades extracurriculares, uma resposta agressiva à vergonha, a capacidade de resposta dos pais e exigência dos pais, sendo que os as jovens tenderam a demonstrar uma maior pontuação à exceção da exigência dos pais que se demonstrou mais significativo nos jovens. Verificou-se ainda que os jovens não delinquentes e as jovens delinquentes violentas apresentaram pontuações semelhantes nos fatores de proteção. No mesmo sentido o estudo de Wong e colaboradores (2010) provaram não existir diferenças quanto à média

do número de fatores proteção presentes nos rapazes e raparigas na infância e na adolescência.

Fagan, Van Horn, Hawkins e Arthur (2007), identificaram níveis mais elevados de fatores de proteção (mais oportunidades pró-sociais e melhores competências sociais) entre as raparigas, quando comparados com os rapazes. Os autores sugerem ainda que estes resultados podem indicar que as taxas mais elevadas de delinquência em rapazes podem dever-se a níveis mais baixos de fatores de proteção, em combinação com uma maior exposição a fatores de risco quando comparados com raparigas.

Relativamente às diferenças de sexo, os estudos supra indicados demonstram diferenças no que concerne à presença de fatores de proteção nos jovens do sexo feminino e masculino. Estas diferenças podem de alguma forma estar associadas aos papéis sociais que os jovens e as jovens ocupam na sociedade, mais especificamente relativamente às atividades que desenvolvem e ao tipo de comportamento associado aos estereótipos.

De uma forma geral, a presença destes fatores remetem para uma diminuição do nível de risco, por isso é importante identificar em cada jovem que fatores específicos possuem e se já existirem, continuar a fomentá-los, caso se identifique potenciais fatores de proteção deve-se trabalhá-los para que possam então diminuir o nível de risco.

Avaliação de risco

A identificação de fatores de risco e proteção nos jovens contribuem para estabelecer o nível de risco do jovem e consequentemente informam sobre as áreas que devem ser trabalhadas. Desta forma, a avaliação de risco tornou-se na atualidade fundamental, principalmente para os decisores judiciais. O sistema de justiça passa a pedir auxílio quanto à probabilidade de reincidência de atos delituosos. Esta avaliação surge também como auxílio à prevenção e redução do risco, porque permite identificar as áreas e a intervenção adequada ao jovem em específico para prevenir a reincidência (Andrews, Bonta & Hoge, 1990; Douglas & Lavoie, 2006).

A emergência da avaliação de risco surge associada à necessidade de gerir o nível de risco dos indivíduos que devido ao seu comportamento chamaram a atenção das instituições de controlo social (Douglas, & Lavoie, 2006). Atualmente os tribunais solicitam as avaliações de risco, com o intuito de ajudar nas decisões ou para ajudar a impor condições especiais na execução de medidas (Hoge, 2002). Mas as avaliações de risco não se limitam

a auxiliar os tribunais, podem também ajudar na formulação de recomendações, na identificação dos fatores relevantes a ser objetivo de intervenção e podem ainda analisar a responsividade do jovem face ao processo de intervenção (Olver, Stockdale, & Wormith, 2009).

A avaliação de risco tem avançado consideravelmente nos últimos 30 anos. Na década de 1980, os profissionais questionavam-se relativamente à possibilidade de efetuar avaliações de risco, atualmente os principais fatores de risco foram identificados e o debate concentra-se na forma como são combinados esses fatores de forma a produzir uma avaliação de risco significativa (Hanson, 2005). Diversas investigações têm-se debruçado sobre a temática da avaliação de risco e paralelamente diversos instrumentos têm sido concebidos. A avaliação de risco foi uma das formas em que a Psicologia e outras ciências sociais e criminológicas passaram a auxiliar o Direito, contudo é importante referir, que no campo da avaliação de risco têm-se vindo a identificar diversas mudanças. A Psicologia começou por auxiliar o Direito no âmbito da predição dos comportamentos criminais. Atualmente abandonou-se este paradigma e passou-se para o paradigma da prevenção (Hart, 1998). Passou-se assim de uma perspetiva em que visualizava o risco como estático para uma perspetiva em que se passou a identificar o risco como dinâmico (Douglas, & Lavoie, 2006).

Com a diferenciação do paradigma assistiu-se a uma evolução do conceito de risco e consequentemente dos instrumentos de avaliação de risco (Guerra, 2009; Bonta, 2002). Neste sentido, em meados do século XX até à década de 70, existia o juízo estritamente clínico, que tinha como objetivo dar resposta à predição de comportamentos (Andrews, Bonta, & Wormith, 2006; Bonta, 2002). Esta avaliação era baseada na experiência profissional do técnico que avaliava o caso (Bonta, & Andrews, 2007; Douglas, & Lavoie, 2006), cada caso ficava assim à livre apreciação de cada técnico tendo por base a sua experiência profissional. Esta técnica não permitia replicar e/ou o processo.

Posteriormente surge uma nova metodologia de avaliação de risco, a abordagem atuarial, que inicialmente consistia em identificar os fatores de risco estáticos (históricos). Esta abordagem não possuía nenhuma base teórica e remetia a avaliação sempre ao passado, não admitindo possíveis mudanças (Andrews et al, 2006; Guerra, 2009; Bonta, & Andrews, 2007). Deve ainda ser referido que os instrumentos que seguiam esta metodologia não

forneciam informações precisas no que concerne à adequação de programas de prevenção e intervenção (Hart, 1998).

Mais tarde, surge uma terceira geração de instrumentos. Esta nova linha de instrumentos permite utilizar as vantagens das duas gerações anteriores: o conhecimento resultante da experiência profissional (juízo clínico do técnico), mas orientado por preditores teóricos e empiricamente sustentados (Hart, 1998; Andrews et al 2006; Bonta, & Andrews, 2007). Esta nova geração integra o conceito de fatores de risco dinâmicos, o que permite ter em conta as mudanças, de modo a que se passa analisar a motivação para o tratamento e facilitar a supervisão clínica, com o objetivo de melhorar na identificação da possível reincidência (Andrews, Bonta, & Wormith, 2006).

Mais recentemente terá surgido a quarta geração dos instrumentos de avaliação e risco. Esta abordagem, além de nos informar sobre o nível potencial de risco, integra um processo que permite a gestão do risco do indivíduo, identifica as necessidades criminógenas e permite ainda identificar qual a responsividade do indivíduo ao tratamento, para potenciar e maximizar a intervenção. Esta abordagem recomenda que as avaliações sejam regulares, para que se possa obter conhecimento quanto ao percurso do indivíduo, antes, durante e após a intervenção (Andrews et al, 2006; Guerra, 2009).

Da evolução dos instrumentos de avaliação de risco verificou-se que o estabelecimento de pontos de corte é importante para a quantificação da avaliação, na medida em que permite o confronto dos resultados individuais entre populações. Mas a quantificação por vezes faz com que se perca a possibilidade de analisar o do ponto de vista profissional. Neste sentido surge o juízo profissional estruturado (SPJ), esta abordagem tenta fazer a ponte entre as abordagens clínicas atuariais e não estruturadas de avaliação de risco (Douglas & Kropp, 2002). Esta abordagem ganhou popularidade através de ferramentas como o HCR- 20 (Douglas, Eaves, & Hart, 1997). Os instrumentos SPJ não possuem pontos de corte e a pontuação quantitativa é secundária à análise dos fatores. Estes instrumentos transportam a dão mais importância para a interpretação e integração dos fatores que estão presentes.

Analisando as gerações de instrumentos de avaliação de risco tem-se verificado que os instrumentos mais adequados a utilizar são os instrumentos atuariais, pois têm-se

demonstrado as medidas mais estruturadas a nível qualitativo e demonstram estar empiricamente associadas a critérios relevantes (Bonta, 2002).

Aquando a escolha do instrumento, Bonta (2002), sugere que os instrumentos tenham uma boa validade preditiva. Segundo Singh e Fazel (2010), o instrumento mais utilizado na investigação referente à avaliação de risco em jovens é a *Hare Psychopathy Checklist (1990) Youth Version* - PCL-YV, encontrada num total de 403 estudos.

Além da PCL-YV, existem outros instrumentos para a avaliação de risco a jovens, tais como: *Youth Level of Service/Case Management Inventory* (YLS/CMI, de Hoge, & Andrews, 2002); *Structured Assessment of Violence Risk in Youth* (Savry, Borum, R., Bartel, P. & Forth, A., 2003) ambos incluídos na terceira geração de instrumentos de avaliação de risco; *Early Assessment Risk for Boys/ Girls* (EARL-20B, de Augimeri, Koegl, Webster, & Levene, 2001, EARL-20G, de Levene et al, 2001), ambos de formato SPJ; *Asset* (e.g. Baker, Jones, Roberts, & Merrington, 2003) considerado um instrumento de abordagem atuarial.

Relativamente à avaliação dos fatores de proteção podemos referir que existem poucos instrumentos como o SAPROF (De Vogel, De Ruiter, Bouman, & De Robbé, 2011), que avaliam especificamente esta área. Contudo tem-se vindo a verificar alguma preocupação da comunidade científica, um vez que têm surgido instrumentos de avaliação de risco com áreas específicas para avaliar os fatores de proteção (e.g. *Asset*, Baker et al, 2003).

Para uma avaliação de risco não basta escolher o instrumento e aplicá-lo, existem vários princípios que devem ser tidos em conta, Douglas e Lavoie (2006) enumeram alguns: a) Os técnicos (indivíduos especializados na área e responsáveis pela avaliação) devem ser capazes de identificar de forma correta os fatores de risco e todo o material (e.g. instrumentos) a usar deve ter como base indicadores sustentados teoricamente e reconhecidos, que permitam uma replicação do resultado; b) O técnico deve também ter a capacidade de identificar quais os fatores de risco mais relevantes para o caso; c) Independentemente do conteúdo da avaliação de risco, esta deve identificar quais os planos de gestão de risco indicados; d) A comunicação da avaliação de risco, sendo que a comunicação dos resultados deve ser feita com recurso a afirmações descritivas sobre o

nível de risco e a gestão necessária para esse nível de risco; e) As avaliações de risco devem ser efetuadas de forma a que seja possível a sua replicação. De modo geral, toda a avaliação deve ser bem explícita, para que outras pessoas que a consultem identifiquem o que levou o avaliador a chegar aquele nível de risco (Douglas, & Lavoie 2006).

A avaliação de risco pode fornecer informação sobre o comportamento futuro nas várias dimensões: atividade criminal geral, violenta, ajustamento institucional e perigo para o próprio (Hoge, 1999) e neste sentido, fornece informações preciosas para uma intervenção eficaz.

No âmbito da intervenção, Andrews e colaboradores (1990), formularam três princípios que devem ser respeitados: o Princípio do Risco, Necessidade e Responsividade (RNR). Em termos globais estes três princípios referem que o nível de intensidade do programa deve ser proporcional ao nível de risco avaliado no indivíduo (Risco) e deve direcionar-se exclusivamente aos fatores de risco dinâmicos (Necessidade), isto é, aqueles que estão relacionados diretamente com comportamento criminal (as necessidades criminógenas). Por fim, os autores referem que todas as intervenções devem considerar o funcionamento individual do indivíduo (Responsividade), adequando sempre a intervenção ao estilo de aprendizagem do ofensor e às suas capacidades, pois os estudos demonstraram que os delinquentes representam uma população heterógena, na medida em que demonstram diferenças nas expressões do seu comportamento bem como na Responsividade ao tratamento, pois não reagem todos da mesma maneira às diferentes formas de tratamento (Fonseca, 2004).

Os riscos não podem ser facilmente ou precisamente previstos nem podem ser totalmente eliminados. O uso de ferramentas atuariais estruturadas, tais como o Asset (e.g Baker et al, 2003) ou o YLS / CMI de Hoge e Andrews (2002) é um incentivo e torna mais transparente a decisão profissional (Whyte, 2004).

Tal como referido anteriormente estes instrumentos ajudam o sistema de justiça na aplicação de medidas mais adequadas e promovem a intervenção individual nos jovens. Em Portugal, a intervenção do sistema de justiça chega quando os factos praticados pelos jovens dão origem a um processo tutelar educativo.

Contexto Legal português

Quando os comportamentos dos jovens originam condutas que transgridem as normas, a organização social e quando tende a colocar em risco o próprio e/ou a sociedade torna-se preocupante e surge assim a necessidade de atribuir ao jovem responsabilidade pelas suas escolhas e atitudes (Formiga et al, 2008; Manso & Almeida, 2009). A justiça juvenil surge com o intuito de estabelecer o controlo social perante as situações de delinquência juvenil, isto é, perante jovens que mantenham e/ou pratiquem atos que se qualificam pela lei como crime (Torres, 2010).

Em Portugal, a Lei Tutelar Educativa (LTE, Lei n.º 166/99 de 14 de setembro) regula e certifica a intervenção nos jovens delinquentes, tendo em conta o interesse do menor e a segurança da sociedade. Esta lei procura responsabilizar os menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos que tenham praticado facto qualificado pela lei penal como crime. É aplicável a medida que concretamente se mostre mais favorável ao interesse educativo do menor, tendo em conta a gravidade do facto e a necessidade de educação do menor para o direito (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro). Como forma de penalização, esta lei possui diversas medidas que podem ser aplicadas ao jovem, sendo umas de cariz institucional (internamento em centro educativo) e outras de execução na comunidade (e.g. imposição de obrigações; acompanhamento educativo; tarefas a favor da comunidade) (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro). A educação para o menor inclui a promoção social do jovem tendo por base as normas e regras sociais (Torres, 2010). Deve ser considerado uma intervenção bem-sucedida quando o jovem interioriza os valores sociais e se apresente como juridicamente responsável (Artigo 2.º - Finalidades das medidas, Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

Quanto às medidas tutelares educativas que podem ser estabelecidas, temos legislado, pela seguinte ordem descendente de gravidade: admoestação; privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores; reparação ao ofendido; realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade; imposição de regras de conduta; imposição de obrigações; frequência de programas formativos; acompanhamento educativo; internamento em centro educativo (artigo 4.º - medidas tutelares educativas, Lei n.º 166/99, de 14 de setembro). A execução destas pode

prolongar-se até o jovem completar 21 anos, momento em que cessa obrigatoriamente (artigo 5.º - Execução das medidas tutelares, Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

Para intervir eficazmente em menores delinquentes é necessário avaliar o contexto de risco em que o jovem se encontra, tendo em conta o contexto individual, social e familiar (Torres, 2010). Além da avaliação verificou-se que para um efeito pedagógico, é importante que a medida seja aplicada da forma mais célere possível, para que o jovem interiorize a consequência do seu comportamento. Sendo assim da competência da LTE incidir sobre as dimensões do jovem, considerando os fatores de risco e proteção presentes (Brazão et al, 2009).

Para que a intervenção tenha sucesso, Brazão e colaboradores (2009), verificaram que a adesão do jovem e dos seus cuidadores, bem como o envolvimento, estabelecimento de uma relação de proximidade e presença dos cuidadores na vida escolar do jovem, são imprescindíveis. Enquanto, a desmotivação, a falta de empenho dos jovens, a exposição a comportamentos de risco e a sua banalização, bem como, a falta de vinculação das relações sociais e familiares, a desresponsabilização dos cuidadores e a multi assistência (sem articulação) às famílias dos jovens, tende a estar associado a intervenções de fracasso.

Os estudos relativos à identificação das características dos jovens delinquentes que estão associadas à reincidência devem ser sistemáticos, uma vez que podem conduzir a programas de prevenção e intervenção mais adequados (Pimentel, 2011).

Neste sentido demonstra-se necessário a utilização de instrumentos que permitam uma recolha não só dos fatores de risco e proteção mas também a sua avaliação, para que se possa inferir se o jovem possui risco, se possui fatores protetivos que podem atenuar o seu nível de risco e para com isso estabelecer um nível de intervenção de acordo com o nível de risco (Gómez et al, 2010).

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Os serviços de reinserção social têm um papel muito importante no âmbito dos processos tutelares educativos. A nível nacional, são a instituição responsável pelo acompanhamento na fase pré-sentencial (apoio técnico aos Tribunais na tomada de decisões judiciais) e na fase pós-sentencial (apoio à execução das medidas tutelares educativas aplicadas) (DGRS – MJ, 2006).

Relativamente à fase pré-sentencial que decorre durante a fase de inquérito, os serviços de reinserção social promovem assessoria ao Ministério Público através da elaboração de informações sociais; relatórios sociais; relatórios sociais com avaliação psicológica; e perícia à personalidade. O objetivo destes documentos é promover o conhecimento da personalidade do jovem em questão, bem como da sua conduta, situação socioeconómica, educativa e familiar, de forma a facilitar a decisão judicial. De referir ainda, que estes documentos podem ser utilizados como meios de obtenção da prova (DGRS – MJ, 2006).

Na fase pós-sentencial, os serviços de reinserção social apoiam a execução das medidas tutelares educativas. Durante o acompanhamento da medida os serviços de reinserção social têm como dever informar o tribunal sobre a situação educativa do jovem, através de relatórios de acompanhamento e execução de medida. Estes serviços têm ainda o dever de informar o Tribunal sempre que se verifique qualquer situação suscetível de fundamentar uma revisão da medida e/ou quando se verifique alguma anomalia durante o cumprimento da medida (DGRS – MJ, 2006).

Através do relatório anual referente a 2012, verificou-se que a DGRSP recebeu a nível nacional o total de 5326 pedidos de assessoria técnica e outros documentos. Os relatórios sociais foram os que registaram um maior número de pedidos, com 2922 pedidos (tabela 4) (DGRS – MJ, 2006).

Tabela 4

Dados estatísticos relativos aos pedidos recebidos e executados a nível nacional nas equipas tutelares educativas (DGRS – MJ, 2006)

	Relatório Social	Informação Social	Relatório Social com Avaliação Psicológica e de Perícia sobre a Personalidade	Projeto Educativo Pessoal	Audições^a	Outros	Total
Pedidos Recebidos	2922	1043	401	258	405	27	5326
Pedidos Executados	2682	4040	359	488	379	29	4977

^a A autoridade judiciária pode solicitar a audição dos técnicos de reinserção social com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o relatório social elaborado (ponto 4, artigo 71.º LTE).

No que concerne às medidas tutelares educativas aplicadas, verificou-se que as medidas Acompanhamento Educativo e Tarefas a Favor da Comunidade representaram um maior número de pedidos face às restantes (tabela 5) (DGRS – MJ, 2006).

Tabela 5

Medidas tutelares educativas recebidas em 2012 a nível nacional (DGRS – MJ, 2006)

Medidas	Pedidos recebidos 2012	Intervenções 2012	Medidas em execução (a 31 dezembro 2012)
Suspensão do Processo (com e sem mediação)	214	244	88
Reparação ao ofendido	2	5	1
Prestações económicas a favor da comunidade	9	15	3
Tarefas a favor da comunidade	625	826	217
Imposição de regras de conduta	13	25	11
Imposição de obrigações	301	775	395
Frequência de programas formativos	35	49	29
Acompanhamento educativo	550	1095	662
Internamento em centro educativo	471	681	293
Outras	6	13	4
Total	2226	3728	1703

Relativamente ao sexo dos jovens, o relatório anual refere que 3552 jovens acompanhados são do sexo masculino e que 662 são do sexo feminino. Desta análise não foi possível apurar o sexo de 9 (nove) jovens (DGRS – MJ, 2006).

A nível nacional existem 3 (três) equipas tutelares educativas, nacionais e específicas, que são responsáveis pelas respostas aos pedidos do sistema de justiça, contudo existem outras equipas mistas que recebem pedidos de situações ligadas ao sistema penal e tutelar educativo.

Tal como demonstrado pelas estatísticas, as medidas em comunidade são aquelas que apresentam um maior número de aplicações. Neste sentido, Lober e Farrington (1998) apontam para a necessidade de elaborar investigações aos jovens delinquentes violentos,

focando especificamente fatores de risco e fatores de proteção, tendo em conta o contexto comunitário.

Objetivos de estudo.

Considerando a escassez de dados portugueses sistematizados sobre os fatores de risco e proteção nos jovens delinquentes, surge o presente estudo, que tem como objetivo obter uma melhor compreensão do comportamento delinquente na adolescência, através de análise de múltiplos fatores risco e proteção que predizem a reincidência do comportamento delinquente em jovens portugueses a cumprir medida tutelar educativa na comunidade. Os fatores e níveis de risco e de proteção serão comparados entre sexos, medidas de execução na comunidade aplicadas aos jovens e jovens violentos e não violentos. Estas variáveis demonstram-se de especial relevo uma vez que pesquisas demonstram resultados distintos quanto à comparação dos fatores de risco e proteção (e.g. Hart, et al 2007; Moffitt, 1993; Mulder et al., 2011). Optou-se pela recolha de dados em jovens que cumpriram ou estão a cumprir medidas tutelares na comunidade, por ser no meio “natural” que estes fatores mais se manifestam.

Identificada a necessidade de instrumentos que permitam construir investigação nesta área e que permitam avaliar o risco de reincidência geral em jovens, o presente estudo foi realizado com recurso ao Asset, traduzido e utilizado pela primeira vez na população portuguesa. Assim, inclui-se um estudo preliminar sobre a validade do Asset, mais concretamente, da validade concorrente com um instrumento já usado no meio institucional português, o YLS / CMI (Hoge & Andrews, 2002). Através de um breve período de *follow-up* retrospectivo, pretende-se também recolher dados preliminares sobre a validade preditiva do Asset. Os fatores de risco avaliados pelo Asset serão também comparados e relacionados com os fatores de proteção avaliados com uma adaptação para jovens do SAPROF, cujo desempenho preditivo também será analisado. Salienta-se, contudo, que não se pretende com esta adaptação conceber uma versão deste instrumento para jovens, uma vez que esse é um trabalho em curso pelos seus autores originais.

Método

Participantes

Esta investigação analisou jovens em início de cumprimento de medida tutelar educativa na comunidade (excluindo assim as medidas de privação da liberdade, o internamento em centro educativo), residentes nos concelhos de Sintra, Amadora, Cascais e Mafra e em acompanhamento pela equipa da DGRSP territorialmente competente. Foram analisados todos os pedidos de acompanhamento entrados nesta equipa no ano 2012 (n=68) e entre janeiro e março de 2013 (n=33), para os quais havia sido realizada uma avaliação pré-sentencial. Destes casos, foram excluídos 8 (oito), 2 (dois) devido a ausência de informação e 6 (seis) pelo facto de os jovens não terem iniciado a medida tendo sido internados em centro educativo por decisão de outros processos. A totalidade dos participantes ficou assim composta por 90 (noventa) jovens, dos quais 13 (treze) (14.4%) do sexo feminino e 77 (setenta e sete) (85.6%) do sexo masculino.

Os jovens da presente investigação à data da sentença possuíam uma idade mínima de 13 (treze) anos e máxima de 18 (dezoito) anos. A média das idades centrou-se nos 15 (quinze) anos ($M=15.07$; $DP=1.31$). As idades foram calculadas tendo por base a data da decisão que promoveu a medida tutelar educativa. Ainda, de referir que, não foi possível identificar a idade de 2 (dois) jovens, por não se saber a data da sentença.

No que concerne à nacionalidade dos jovens, verificou-se que 70 (setenta) (77.8%) dos jovens são de nacionalidade portuguesa e 20 (vinte) (22.2%) de outras nacionalidades [7 (sete) cabo-verdiana; 6 (seis) guineenses; 3 (três) angolana; 3 (três) brasileira; 1 (um) são-tomense]. De referir que em 6 (seis) casos não foi possível apurar a nacionalidade por não existir registo no *dossier*.

Os participantes do estudo foram divididos em dois grupos, os violentos e os não violentos. Sendo que se considerou um jovem violento, aquele que apresentou um comportamento qualificado como crime de natureza violenta. A categorização teve por base um critério legal. Neste sentido, foram considerados comportamentos violentos todos os crimes qualificados como crime contra as pessoas e o crime de roubo. Os restantes crimes foram introduzidos na categoria dos não violentos. Para um conhecimento concreto de todos os crimes incluídos em cada categoria sugere-se a consulta da tabela 6.

Tabela 6

Descrição dos crimes violentos e não violentos

Violentos	Não violentos	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Homicídio ▪ Ofensas à integridade física ▪ Ameaça ▪ Coação ▪ Coação grave ▪ Sequestro ▪ Coação sexual ▪ Abuso sexual de crianças ▪ Roubo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Furto ▪ Injúria ▪ Dano ▪ Gravações ▪ Posse arma proibida ▪ Lançamento de projétil ▪ Furto de uso veículo ▪ Condução sem habilitação legal ▪ Condução perigosa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incêndio, explosão e outras condutas perigosas ▪ Introdução em lugar vedado ▪ Danificação ou subtração de documentos e notação técnica ▪ Tráfico ▪ Abuso de confiança ▪ Extorsão

Desta categorização resultaram 62 (sessenta e dois) (68.9%) jovens incluídos na categoria dos violentos e 25 (vinte e cinco) (28.7%) jovens na categoria dos não violentos. Não foi possível categorizar 3 (três) jovens quanto ao tipo de comportamento criminal por não se saber a qualificação do facto cometido.

No que concerne ao delito cometido pelos jovens também foi efetuada uma categorização, tendo-se obtido 5 (cinco) categorias: crimes contra o património; outros crimes contras as pessoas; roubo; ofensas à integridade física; e outros crimes. Na categoria dos crimes contra o património foram incluídos os seguintes crimes: furto; furto qualificado; abuso de confiança; dano; extorsão. Na categoria outros crimes contras as pessoas, foram considerados os seguintes crimes: homicídio; ameaça; coação; crimes sexuais. Por último, a categoria outros crimes, integra o crime de posse de arma proibida; condução perigosa; condução sem habilitação legal; e tráfico. O roubo e as ofensas à integridade física devido à sua frequência não foram incluídos em nenhuma categoria.

O roubo foi a categoria com maior número de jovens a cometer o facto qualificado como crime, 27 (vinte e sete) (30%) jovens, seguido das ofensas à integridade física, com 25 (vinte e cinco) (27.8%) jovens, posteriormente os crimes contra o património, com 20

(vinte) jovens (22.2%) (tabela 7). Em 4 (quatro) casos em que não possível identificar o crime cometido, devido a ausência dessa informação específica no *dossier* de caso.

Tabela 7

Frequência dos factos qualificados como crime

Categorias dos factos qualificados como crime	Número de jovens (%)
Roubo	27 (31.4%)
Ofensas à integridade física	25 (23.3%)
Crimes contra o património	20 (29.1%)
Outros crimes contra as pessoas	7 (8.1%)
Outros crimes	7 (8.1%)
Total	86 (100%)

Aos jovens em estudo foram aplicadas diferentes medidas tutelares educativas, aquela que demonstrou um peso maior foi a medida de acompanhamento educativo, aplicada a 37 (trinta e sete) jovens. De referir que dos 37 (trinta e sete) jovens existem 2 (dois) casos em que foram aplicadas 2 (duas) medidas de acompanhamento. Houve também casos em que esta medida foi acompanhada em conjunto com outra, assim foram ainda aplicados mais 7 (sete) acompanhamentos educativos em conjunto com frequência de programas formativos e mais 2 (dois) acompanhamentos educativos em conjunto com prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade. Por último, foi ainda aplicado 1 (uma) medida de acompanhamento educativo em conjunto com uma imposição de obrigações.

Além do acompanhamento educativo, as medidas prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade e a medida imposição de obrigações foram aplicadas em conjunto com outras. Para análise de todas as medidas consultar a tabela 8.

Tabela 8

Frequência das medidas tutelares educativas por cada jovem

Medidas Tutelares Educativas	Nº de jovens
Acompanhamento educativo	37 (41.1%)
Acompanhamento educativo com frequência em programas formativos	7 (7.8%)
Acompanhamento educativo e tarefas a favor da comunidade	2 (2.2%)
Acompanhamento educativo e Imposição de obrigações	1 (1.1%)
Prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade	20 (22.2%)
Prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade e Imposição de obrigações	3 (3.3%)
Imposição de obrigações	13 (14.4%)
Imposição de obrigações com frequência em programas formativos	1 (1.1%)
Frequência de programas formativos	4 (4.4%)
Imposição de regras de conduta	1 (1.1%)
Suspensão do processo	1 (1.1%)
Total	90 (100%)

Relativamente à idade aquando a primeira condenação (isto é, o primeiro contacto com o sistema de justiça que resultou numa decisão) podemos referir que a média é de 14 (catorze) anos de idade ($M=14.61$, $DP=1.26$). A idade mínima encontrada foi de 12 (doze) anos, com 1 (uma) frequência apenas e a idade máxima registada foi de 17 (dezassete) anos com 2 (dois) casos. Existem 8 (oito) casos em que não foi possível identificar a idade dos jovens aquando a primeira condenação.

Dos 88 (oitenta e oito) em que foi possível apurar, 65 (sessenta e cinco) (72.2%) jovens ainda não tinham sido condenados anteriormente. Ao contrário dos restantes 23 (vinte e três) jovens, em que 14 (catorze) jovens foram condenados uma vez (15.6%), 2 (dois) jovens foram condenados (2.2%), 2 (duas) vezes e 7 (sete) jovens foram condenados 3 (três) vezes (7.8%).

Durante o período de *follow-up* foram analisados indícios de incumprimento da medida e neste sentido importa referir que não se considerou só aqueles que tiveram lugar a

relatório de revisão de medida e/ou relatório de informação ao tribunal. Assim foram consideradas situações de incumprimento: não comparência a sessões/entrevistas/consultas, recusa na realização de tarefas, não comparência para realizar tarefas, não interiorização da medida e continuação das práticas ilícitas, ausência de comunicação com o tribunal, fraca adesão e não integração.

No mesmo sentido foram analisadas as evidência de comportamento antissocial e/ou desviante durante o período de *follow-up*. Para esta categoria foram integrados os jovens que apresentaram comportamento delituoso (prática de novos factos qualificados como crime), consumos, situações de agressões, suspensões/expulsões escolares e absentismo.

Instrumentos

Neste estudo foram utilizados dois instrumentos estruturados de recolha de informação, aos quais foram adicionadas duas grelhas para proceder à recolha de informações durante a consulta dos processos institucionais (anexo A). Através das grelhas foram recolhidos dados gerais (e.g. datas dos factos qualificados como crime/delitos, das decisões judiciais; fontes de informação), informação relativa a factos praticados após o início da medida em execução e indícios de incumprimento da medida, bem como os resultados do instrumento YLS / CMI (Hoge, & Andrews, 2002).

O Asset (com direitos reservados à Youth Justice Board, e.g. Baker et al., 2005, traduzido para português para este estudo por Fernandes, & Neves, 2013) e o *Structured Assessment of Protective Factors for Violence Risk* (SAPROF, De Vogel, et al., 2011; versão portuguesa para adultos de Neves, & Soeiro, 2012, adaptação para jovens para este estudo por Fernandes & Neves, 2013) e o *Youth Level of Service/Case Management Inventory* (YLS, de Hoge, & Andrews, 2002; versão portuguesa de Fonseca, Quintas, Serra, Coelho e Pimentel, 2010), foram os instrumentos de avaliação de risco e proteção escolhidos.

Importa referir que instrumento YLS/CMI, não foi aplicado, apenas foram recolhidos os resultados obtidos pela consulta dos *dossiers*, uma vez que o instrumento é utilizado e aplicado pela DGRSP.

Asset.

O Asset foi introduzido no sistema de justiça de Inglaterra e Gales, pela Youth Justice Board (YJB) no ano de 2000. Este instrumento foi construído pelo Centro de Pesquisa de Criminologia, da Universidade de Oxford, (e.g. Baker et al., 2005). A sua estrutura foi desenvolvida com base numa revisão de literatura inerente aos fatores de risco que predizem a delinquência, tendo para tal contribuído pessoas e organizações que trabalhavam na área da justiça juvenil (Baker et al, 2003).

Este instrumento permite identificar os fatores chave que contribuem para a reincidência, identificando os fatores de risco associados, as necessidades criminógenas e a áreas de proteção (Almond, 2012). Mais especificamente, o Asset, fornece uma predição da reincidência; ajuda na identificação de jovens que apresentam um risco de causar danos graves em outros e identifica situações em que o jovem está vulnerável e em risco de se prejudicar a si próprio. De uma forma geral, o Asset permite desenhar um panorama pormenorizado de um jovem, nos seus vários domínios, considerando o passado e o presente, uma vez que inclui fatores de risco estáticos e dinâmicos. Este instrumento incorpora e reflete uma vasta gama de perspetivas relativas ao risco e necessidades do delinquente (Baker et al, 2003).

Este instrumento é constituído por três componentes: o Perfil Principal (*Core Profile*); o que tu pensas? (*What do YOU Think?*); e o Risco de Dano Grave (*Risk of Serious Harm*). O Perfil Principal está dividido em 6 (seis) grandes áreas, a primeira referente aos dados pessoais, a segunda avalia fatores de risco estáticos, (e.g. história criminal: idade da primeira ofensa), a terceira avalia os fatores de risco dinâmicos (e.g. estilo de vida delinquencial), a quarta remete para a avaliação de fatores de proteção (e.g. relações familiares fortes e estruturadas), a quinta é alusiva aos Indicadores de Vulnerabilidade (e.g. risco de suicídio) e a última é referente aos indicadores de dano grave (e.g. jovem preparou-se para cometer o delito). A segunda área, fatores de risco dinâmicos, está ainda subdividida em 12 subescalas (e.g. relações familiares e pessoais; comportamento e pensamentos; uso de substâncias; motivação para a mudança, entre outras) (tabela 9).

Tabela 9

Estrutura do Asset

Dados pessoais	Fatores de Risco Estáticos	Fatores de Risco Dinâmicos
-Detalhes pessoais	-Detalhes do delito	1-Circunstâncias habitacionais
-Pontuação étnica	-Fase do processo	2-Relações familiares e pessoais
-Informação usada para a avaliação	-Vítimas	3-Educação, formação e emprego
	-Análise dos delitos	4-Meio residencial
	-História do comportamento delinquente	5-Estilo de vida
	-Medidas/regras de conduta anteriores	6-Uso de substâncias
	-História de medida de promoção e proteção	7-Saúde física
		8-Saúde mental e emocional
		9-Auto perceção e perceção dos outros
		10-Comportamento e pensamento
		11-Atitudes face à delinquência
		12-Motivação
		Sumário dos fatores de risco
Fatores Positivos	Indicadores Vulnerabilidade	Indicadores Risco Dano Grave (para os outros)
-Fatores individuais	- 5 questões gerais	- 7 questões gerais
-Fatores familiares		
-Fatores da comunidade		

Relativamente à cotação do Asset, esta é obtida através da soma da cotação 4 (quatro) itens específicos referentes aos fatores de risco estáticos e do resultado das pontuações das 12 (doze) subescalas. Os itens pertencentes à secção dos fatores de risco dinâmicos que são cotados são: delito principal; idade da primeira suspensão do processo; idade da primeira condenação; e número de condenações anteriores. Para obter informação quanto à cotação de cada item consultar a tabela 10.

Tabela 10

Cotação dos fatores de risco dinâmicos

Itens	Cotação
Delito principal	Crimes estradais / furto de veículo / furtos ou apropriação ilegítima = 4 Furto qualificado (em que há introdução ilegítima em habitação ou outro espaço fechado); furto em residência (com entrada ilegítima na habitação) = 3 Outras ofensas = 0
Idade da primeira suspensão do processo	10 a 12 = 4 13 a 17 = 2 Nenhuma suspensão anterior = 0
Idade da primeira condenação	10 a 13 = 4 14 a 17 = 3
Se está é a primeira condenação cotar 0	Nenhuma condenação anterior = 0
Número de condenações anteriores	4 ou mais = 4 1 a 3 = 3
Para condenações anteriores a este episódio	Nenhuma condenação anterior = 0

Total de fatores de risco estáticos de 0 - 16

Quanto à cotação das 12 (doze) subescalas, as questões remetem para três possibilidade de respostas, “sim”, “não” ou “não sei”. Algumas questões possuem ainda uma caixa de texto que permite exprimir as razões para quando se seleciona a opção “não sei” ou para descrever em detalhe algum assunto necessário. No fim de cada subescala o avaliador é questionado em que medida essa subescala está associada à probabilidade do jovem cometer futuros delitos. O avaliador classifica essa probabilidade numa escala de 0 (zero) a 4 (quatro), em que 0 (zero) representa “nada associado” e 4 (quatro) “fortemente

associado”. Importa referir que este instrumento possui um guia com linhas orientadoras, que ajudam no esclarecimento da cotação de alguns itens e ainda que ajudam na pontuação final de cada subescala. A pontuação das 12 (doze) subescalas pode se encontrar entre 0 (zero) e 48 (quarenta e oito).

Após cotado todo o instrumento, o avaliador deve somar a pontuação obtida em cada subescala e nos itens referentes aos fatores de risco estáticos e verificar em que nível de risco se encontra o jovem. A pontuação geral total pode variar entre 0 (zero) e 64 (sessenta e quatro). Se o *score* total se encontrar entre 0 (zero) e 14 (catorze), considera-se nível de risco de reincidência do comportamento delinquente baixo. Se pontuar entre 15 (quinze) a 32 (trinta e dois), deve classificar-se o caso como médio. Por último, se pontuar entre 33 (trinta e três) a 64 (sessenta e quatro), é considerado um caso de risco alto. No seio dos instrumentos de avaliação de risco estruturados, o Asset é categorizado como um instrumento atuarial, uma vez que além de providenciar a predição de novos comportamentos delinquentes, inclui um conjunto de fatores de risco dinâmicos (Baker et al, 2003; Willson, & Hinks, 2011).

Relativamente à área dos fatores de proteção, denominados no instrumento como Fatores Positivos, estes permitem recolher informação sobre aspetos do jovem ou da vida do jovem, que podem reduzir ou minimizar o seu risco de reincidir. Quanto à área que se foca nos Indicadores de Vulnerabilidade, esta tem como objetivo identificar riscos no que concerne a comportamentos autodestrutivos ou situações que tornem o jovem vulnerável. Por último, a área dos Indicadores de Dano Grave, permite efetuar um levantamento de fatores que nos darão informação quanto à probabilidade do jovem causar danos graves a outras pessoas. Estas subescalas não possuem cotação, sendo assim indicadores qualitativos e informativos. Deve ficar a ressalva de que, caso se verifique que o jovem possui alguma possibilidade de causar danos graves a outros, deve ser preenchido outra componente do Asset, o formulário do Risco de Dano Grave (Baker et al, 2003).

O formulário Risco de Dano Grave tem como objetivo aprofundar a avaliação remetida do Asset, e só deverá ser preenchido se no Perfil Principal, o jovem apresentou indicadores que remetam para a possibilidade de causar danos graves em outros. O Risco de Dano Grave está dividido em 4 (quatro) subescalas: Evidências de Comportamentos Relacionados com o Dano; Indicadores de Risco Atuais; Comportamento Futuro Grave;

Conclusão. A cotação deste instrumento é baseada na indicação de presença ou ausência de características do comportamento e/ou de outros fatores relacionados com o comportamento danoso. O instrumento possui também algumas questões abertas, que por sua vez permitem a recolha de detalhes da ocorrência de comportamentos, permitindo assim ter um conjunto de informação qualitativa. Quanto à pontuação final, esta é fornecida na subescala Conclusão. O técnico pode classificar o risco entre baixo e muito elevado, consoante o risco do jovem em provocar danos graves em outras pessoas, sendo que, para cada nível está explícito a evidência de probabilidade de comportamento danoso no futuro (Baker et al, 2003).

A componente do Asset, “O que TU Pensas?”, não foi utilizado na presente investigação, porque é um instrumento de autorrelato e o presente estudo baseou-se apenas na recolha de informação documental. O objetivo deste instrumento é permitir ao jovem enunciar os seus pontos de vista em relação à sua situação de vida e em relação às razões que o levaram ao comportamento criminal. Estes dados tendem a auxiliar o avaliador, como sendo uma fonte de informação adicional (Baker et al, 2003).

Relativamente às propriedades psicométricas do Asset, pode identificar-se dois estudos de Baker e colaboradores (2003, 2005) em que revelaram que o instrumento é um bom preditor da reincidência. No primeiro estudo, com um *follow-up* de 12 meses demonstraram uma área abaixo da curva de 0.72 (AUC), isto é, demonstraram que o Asset possui uma boa validade preditiva. Mais especificamente verificaram que aqueles que obtiverem uma pontuação superior no Asset, comparados com os que tiveram pontuações menores, apresentaram uma probabilidade maior de reincidência, cometeram outros delitos mais graves e demonstraram-se mais expostos à medida de privação de liberdade. O segundo estudo replicou os estudos do primeiro, sendo que foi elaborado num período de 24 meses.

Quanto à consistência interna do instrumento Asset – “Perfil Principal”, um estudo de Baker e colaboradores (2005) descreve que este instrumento possui um nível aceitável de consistência, embora não apresente valores. No presente estudo verificou-se um alfa de Cronbach aceitável, de 0.795.

Estudos de validade preditiva têm apresentado bons resultados quanto à validade do Asset para predizer comportamentos delinquentes futuros (Baker et al, 2003, 2005). O

estudo mais recente de validade preditiva, realizados por Baker e colaboradores (2005), com 2233 jovens em que 40.17% apresentava um nível de risco médio, testou o Asset e demonstrou que no período de um ano é um bom preditor (67%) da reincidência juvenil.

Structured Assessment of Protective Factors for Violence Risk.

O SAPROF, originalmente de De Vogel e colaboradores (2011, versão portuguesa de Neves & Soeiro, 2011), é um instrumento que avalia fatores de proteção para o comportamento violento e é composto por 17 (dezassete) itens que estão divididos em 3 (três) áreas: Fatores Internos, Fatores Motivacionais e Fatores Externos.

Relativamente à cotação dos itens, esta é elaborada com base numa escala de 0 (zero) a 2 (dois), em que 0 (zero) representa ausência do fator de proteção, 1 (um) significa que o fator de proteção está parcialmente presente e 2 (dois) que está claramente presente. Após pontuar todas as respostas, o avaliador posiciona-se quanto nível de proteção, baixo, moderado ou alto. A pontuação final pode variar entre baixo e moderado, mas é de referir que não existem pontos de corte para a atribuição do nível de proteção, sendo assim um instrumento com base no juízo profissional estruturado (SPJ). Segundo, os seus autores, o SAPROF foi desenvolvido para ser usado em combinação com um instrumento de avaliação de risco preciso e válido que siga o método SPJ (Vogel, de Ruiter, Bouman e de Robbé, 2011)

O SAPROF oferece ainda duas opções adicionais de cotação, permitindo ao avaliador indicar quais os fatores de proteção que são essenciais para a prevenção do comportamento violento através da cotação dos “itens chave” e dos “itens objetivo”. O avaliador deve cotar como “fator chave”, os fatores de proteção que possuem um efeito muito importante no momento da avaliação. Relativamente ao “objetivo”, o avaliador deve cotar os itens que considera e que após uma intervenção podem assumir um efeito protetor (De Vogel et al, 2011)

Em virtude de ser um instrumento exclusivamente para utilização com adultos, foi necessário proceder à sua adaptação para a presente investigação.

Após o consentimento dos autores substituiu-se 3 (três) itens: o item número 6 (seis) -trabalho; o item número 8 (oito) – gestão financeira; o item número 14 (catorze) – relação íntima. Para analisar os novos itens consultar a tabela 11 e o anexo B.

Tabela 11

Itens do SAPROF original e do SAPROF adaptado para a população jovem

SAPROF versão original	SAPROF – adaptação versão para jovens
1. Inteligência	1. Inteligência
2. Vinculação segura na infância	2. Vinculação segura na infância
3. Empatia	3. Empatia
4. Coping	4. Coping
5. Autocontrole	5. Autocontrole
6. Escola/Trabalho	6. Escola*
7. Atividades de lazer	7. Atividades de lazer
8. Gestão financeira	8. Atitudes pró-sociais*
9. Motivação para o tratamento	9. Motivação para o tratamento
10. Atitudes face à autoridade	10. Atitudes face à autoridade
11. Objetivos de vida	11. Objetivos de vida
12. Medicação	12. Medicação
13. Rede social	13. Rede social
14. Relação íntima	14. Supervisão parental*
15. Acompanhamento profissional	15. Acompanhamento profissional
16. Circunstâncias de vida	16. Circunstâncias de vida
17. Controlo externo	17. Controlo externo

*Consultar anexo B para ver os critérios de cotação dos itens adaptados

A adaptação do SAPROF manteve o mesmo número de itens do original (tabela 11), 17 (dezassete) itens e manteve ainda a forma de cotação.

O estudo de De Robbé, De Vogel, e De Spa (2011), relativamente ao instrumento original, demonstrou que as pontuações do SAPROF apresentam uma boa validade preditiva para a não reincidência de um crime violento. Os valores no *follow-up* de 1 (um) ano (AUC = 0.85) e de 2 (dois) anos (AUC = 0.80) foram bons e moderado para 3 (três) anos (AUC = 0.74). Estes resultados comprovam a utilidade dos fatores de proteção na avaliação de risco (de Vries Robbé, et al, 2011).

Relativamente à consistência interna, não foram encontrados estudos com a presente versão do SAPROF (para jovens), neste sentido apenas é possível apresentar a análise da consistência interna do instrumento obtida na presente investigação. Desta forma pode-se enunciar que o SAPROF – versão para jovens apresenta uma consistência interna aceitável, com um Alfa de *Cronbach* de 0.719. Para o cálculo deste alfa anulou-se dois itens, “Inteligência” e “Toma de medicação”. Esta decisão prendeu-se com o facto de o item “Inteligência” não ser medida na maioria dos jovens da presente investigação, o que consequentemente obrigou a deixar as células em branco. No caso do item “Toma da medicação”, verificou-se que na presente investigação a maioria dos jovens não possuía medicação prescrita. Assim anulou-se estes itens em todas as análises elaboradas.

Youth Level of Service/Case Management Inventory.

Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS / CMI, de Hoge & Andrews, 2002). O YLS / CMI é uma *checklist* de fatores de risco composta por 42 itens. Os fatores de risco são apresentados de acordo com o modelo *Risk-Need-Responsivity* (RNR - Andrews, Bonta, & Wormith, 2011; Bonta, & Andrews, 2007) e é projetado para avaliar o risco de reincidência geral. A sua população alvo é dos 12 (doze) aos 17 (dezassete) anos de idade. O YLS / CMI foi adaptado a partir de um instrumento de risco adulto, Level of Service Inventory-Revised, dos mesmos autores.

O YLS / CMI é dividido em 8 (oito) subescalas, incluindo Histórico de ofensas; Circunstâncias familiares; Educação; Relacionamento com pares; Abuso de substâncias; Lazer; Personalidade e comportamento; Atitudes e orientação. Para preenchimento do YLS / CMI é necessário recorrer à elaboração de entrevistas com os jovens avaliados e à recolha de informações colaterais.

Os itens são pontuados como presente ou ausente e pontuação total do instrumento pode variar entre 0 (zero) e 42 (quarente e dois). Após adquirida a pontuação total, os jovens são classificados em quatro níveis de risco de reincidência, devendo ser considerado baixo aqueles que apresentam valores entre 0 (zero) a 8 (oito), moderado entre 9 (nove) e 22 (Vinte e dois), alto entre 23 (vinte e três) a 34 (trinta e quatro) e muito alto de 35 (trinta e cinco) a 42 (quarenta e dois).

Uma revisão de literatura de Hoge (2002) referiu que alguns autores (e.g. Costigan, & Rawana, 1999; Hoge, & Andrews, 1996b; Jung, & Rawana, 1999, 2000; Poluchowicz,

Jung, & Rawana, 2000) já demonstraram fortes evidências no que concerne à precisão e validade do YLS / CMI. Um outro estudo de Schmidt, Hoge, & Gomes (2005), verificou as boas qualidades psicométricas do YLS / CMI. Todas as subescalas (à exceção de uma) revelaram níveis moderados a fortes de consistência interna. Estes estudos demonstraram assim que o YLS / CMI é um instrumento confiável, que pode fornecer um perfil de risco e necessidades consistente para as avaliações da delinquência juvenil.

Procedimento

Para a presente investigação, inicialmente, foram necessários procedimentos burocráticos a fim de formalizar a autorização para a recolha de dados e autorização da utilização dos instrumentos. Assim, procedeu-se à elaboração de diferentes documentos: projeto da dissertação para a coordenação do curso Mestrado em Psicologia Forense e Criminal; requerimento para a comissão de ética da Egas Moniz; pedido de autorização à entidade para recolha dos dados, Direção Geral Reinserção e Serviços Prisionais.

Paralelamente foram solicitadas as autorizações às respetivas entidades/autores para o uso dos instrumentos: Youth Justice Board, entidade responsável pelo Asset (solicitação para tradução e adaptação do instrumento); De Vogel e colaboradores (2011, versão portuguesa de Neves & Soeiro, 2011), autores do SAPROF original (autorização para proceder à adaptação do instrumento para a população jovem).

Após as autorizações cedidas efetuou-se a triagem dos casos, dos 358 pedidos de medidas recebidas pela equipa tutelar educativa entre janeiro de 2012 e março de 2013. Paralelamente deu-se início à recolha de informação, que passou pela leitura dos processos individuais dos jovens selecionados para a presente investigação. Os processos incluíam informação diversa sobre o jovem (e.g. informação colateral: relatórios escolares; apontamentos dos atendimentos efetuados pelas técnicas da equipa ao jovem e a outros familiares; informação legal: decisões do tribunal; acusação do ministério público; participação do órgão de polícia criminal; provas psicológicas; relatórios sociais, entre outras informações, resultados do YLS / CMI). Importa referir que, os resultados do instrumento YLS / CMI - pontuação disponível para 74 casos, nível de risco para 76.

Após a leitura dos processos surgiram algumas questões, que foram esclarecidas com a técnica responsável pelo caso e pela avaliação elaborada ao jovem em questão. Posteriormente procedeu-se à cotação dos instrumentos e revisão dos casos.

Toda a recolha de informação para a avaliação de risco de cada jovem foi elaborada de forma retrospectiva e sem acesso do avaliador às ocorrências subsequentes. Neste sentido foi necessário definir qual o momento respeitante à recolha de informação para a avaliação de risco e qual o período de *follow-up*. Entendeu-se como período de recolha de informação para a avaliação de risco, o espaço de tempo que o jovem entrou na equipa até ao início da medida, ou seja, a recolha de informação para a avaliação terminou no momento em que o jovem iniciou a medida, com base nessa informação, foi preenchida a grelha de dados gerais e cotados os instrumentos de avaliação de risco/proteção. Quanto ao *follow-up*, este foi considerado a partir do momento em que se parou a recolha de informação para a avaliação de risco, ou seja, o período de *follow-up* é respeitante ao início da medida e a última informação documental no processo do jovem. Este período de *follow-up* teve uma duração mínima de 0 (zero) meses, uma duração máxima de 17 (dezassete) meses e uma média de 5.43 (DP=5.11, Mediana=3.50). Ao longo deste período foram recolhidos dados sobre os incumprimentos e condutas antissociais ocorridas após a data da avaliação e através do preenchimento da grelha.

A recolha de dados decorreu entre 26 de março de 2013 e agosto de 2013. Após finalizado o processo de recolha de dados procedeu-se ao tratamento estatístico a fim de verificar os objetivos acima enunciados.

Resultados

Dados gerais

Para efeitos de análises serão considerados, além da pontuação total do instrumento e o nível de risco, as classificações totais referentes às subescalas que avaliam os fatores de risco estáticos e dinâmicos, obtidas através do instrumento Asset. A subescala que avalia os fatores de risco estáticos inclui as seguintes variáveis: Pontuação do delito cometido pelo jovem; Idade da primeira suspensão do processo; Idade da primeira condenação; Número de condenações anteriores. Nos fatores de risco dinâmicos serão consideradas as classificações das 12 (doze) subescalas do Asset, mais especificamente: Circunstâncias habitacionais; Relações familiares e pessoais; Educação, formação e emprego; Meio residencial; Estilo de vida; Uso de substâncias; Saúde física; Saúde mental e emocional; Auto percepção e percepção dos outros; Comportamento e pensamento; Atitudes face à delinquência; Motivação. Quanto aos fatores de proteção, para efeitos de análises serão incluídos além da pontuação total do SAPROF e o nível de proteção, a pontuação de cada fator: Internos; Motivacionais; Externos.

Em termos globais, a presente investigação apurou que da pontuação total do instrumento Asset, que varia de um intervalo de 0 (zero) a 64 (sessenta e quatro) os jovens pontuaram em média 23.87 (DP=9.88). Verificou-se ainda que o nível de risco moderado foi aquele que apresentou uma maior frequência (66.7%).

Relativamente à pontuação total da subescala que avalia os fatores de risco estáticos e das subescalas que avaliam os fatores de risco dinâmicos, verificou-se em média uma pontuação de 3.54 (DP=3.61), num intervalo de 0 (zero) a 16 (dezasseis) e de 20.32 (DP=8.71) num intervalo de 0 (zero) a 48 (quarenta e oito) respetivamente.

Quanto às variáveis da área que avalia os fatores de risco estáticos, verificou-se que a variável pontuação relativa ao delito recente, foi aquela que demonstrou uma média superior (M=1.88; DP=1.98). Das subescalas respeitantes aos fatores de risco dinâmicos, a subescala que apresentou uma média superior foi a subescala comportamento e pensamento (M=3.14; DP=1.03).

Quanto à aplicação do formulário risco de dano grave, foi necessário aplicar a 63 (sessenta e três) jovens, sendo que 32.2% apresentou risco baixo, 13.3% apresentou risco médio, 24.4% risco elevado.

Relativamente ao nível de proteção, através dos resultados do SAPROF, verificou-se que os jovens apresentam com maior frequência (48.3%) um nível de proteção baixo face aos comportamentos delinquentes. No que concerne à pontuação de cada item do instrumento, verificou-se que as atitudes face à autoridade ($M=1.03$; $DP=0.60$) e as circunstâncias de vida ($M=1.01$; $DP=1.06$) apresentavam uma média superior comparativamente aos outros itens (tabela 12).

Tabela 12

Médias das subescalas do SAPROF

	Média	Desvio Padrão
Fator de proteção vinculação segura na infância	0.89	0.740
Fator de proteção empatia	0.91	0.580
Fator de proteção coping	0.41	0.539
Fator de proteção autocontrolo	0.69	0.594
Fator de proteção escola/trabalho	0.81	0.767
Fator de proteção atividades de lazer	0.29	0.643
Fator de proteção atitudes pró-sociais	0.94	0.436
Fator de proteção motivação para o tratamento	0.85	0.578
Fator de proteção atitudes face à autoridade	1.03	0.599
Fator de proteção objetivos de vida	0.83	0.879
Fator de proteção rede social	0.69	0.614
Fator de proteção supervisão parental	0.87	0.757
Fator de proteção acompanhamento profissional	0.29	0.607
Fator de proteção circunstâncias de vida	1.01	0.106
Fator de proteção controlo externo	0.99	0.106

Análise dos objetivos

Serão efetuadas diferentes abordagens por forma a verificar a resposta aos objetivos delineados inicialmente.

Comparação dos resultados do Asset e do SAPROF entre jovens com comportamento violento e não violento.

Efetuada a análise da relação entre os níveis de risco obtidos através do Asset e a variável tipo de comportamento criminal dos jovens ($\chi^2(2) = 2.574$; $p = .276$), bem como entre os níveis de proteção obtidos através do SAPROF e tipo de comportamento criminal dos jovens ($\chi^2(4) = 4.751$, $p = .314$) não foram encontradas relações estatisticamente significativas.

Da comparação da pontuação total do Asset entre o tipo de comportamento apresentado pelos jovens, violento e não violento, não se identificou diferenças estatisticamente significativas ($t(85) = 1.036$, $p = .303$). No mesmo sentido, a pontuação total do SAPROF não difere significativamente consoante o tipo de comportamento, dos jovens, não se verificando diferenças estatisticamente significativas ($t(75) = -1.349$, $p = .181$).

Da análise da comparação de médias entre as subescalas do Asset e as subescalas do SAPROF e o tipo de comportamento delituoso apresentado pelos jovens não se identificaram quaisquer diferenças estatisticamente significativas.

Da análise entre os tipos de comportamentos dos jovens, violentos ou não violentos, e o nível de risco de provocar dano grave nos outros não se verificou uma relação estatisticamente significativas ($\chi^2(4) = 6.223$, $p = .183$).

Comparação dos resultados do Asset e do SAPROF entre jovens do sexo masculino e feminino.

Efetuada a análise entre os níveis de risco obtidos através do Asset e o sexo dos jovens ($\chi^2(2) = 3.00$; $p = .861$), bem como entre os níveis de proteção obtidos através do SAPROF e sexo dos jovens ($\chi^2(4) = 3.272$, $p = .513$) não foram encontradas relações estatisticamente significativas.

No que concerne à comparação da pontuação total do Asset entre jovens do sexo feminino e masculino, não se verificaram relações estatisticamente significativas ($t(88) = -.492$, $p = .624$). Relativamente à pontuação total do SAPROF e a sua comparação entre os jovens do sexo masculino e feminino, não se verificou também resultados significativos ($t(77) = .821$, $p = .414$).

Da análise da comparação de médias entre as subescalas do Asset e as subescalas do SAPROF e o sexo dos jovens, não se identificaram diferenças estatisticamente significativas.

A análise da relação entre o sexo os níveis de risco que predizem a probabilidade de perpetrar comportamentos graves sobre outros, demonstrou resultados estatisticamente significativos ($\chi^2(4)=11.797$, $p=.019$). Desta relação verificou-se que os jovens tendem a demonstrar percentagens superiores do que as jovens nos níveis de risco mais elevados. Nenhuma jovem apresentou risco médio e a frequência mais elevada pertence aos jovens do sexo masculino com nível de risco baixo e com uma frequência de 47.4% (tabela 13).

Tabela 13

Relação do sexo e o nível de risco de perpetrar danos graves em outras pessoas

		Baixo	Médio	Médio/ Elevado	Elevado	Muito Elevado	
Sexo	Feminino	2 (33.3%)	0 (0.0%)	1 (16.7%)	3 (50.0%)	0 (0.0%)	$\chi^2(4)=11.797$, $p=.019$
	Masculino	27 (47.4%)	12 (21.1%)	0 (0.0%)	17 (29.8%)	1 (1.8%)	

Comparação dos resultados do Asset e do SAPROF entre as medidas tutelares educativas.

Para a presente análise foi necessário reagrupar a variável medida tutelar educativa devido ao número diminuto de casos por cada medida. Assim, do conjunto de medidas: Suspensão do processo; Realização de Prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade; Imposição de regras de conduta; Imposição de obrigações; Frequência em programas formativos; Acompanhamento Educativo. Procedeu-se à anulação da medida Suspensão do processo, por ter apenas um caso e agrupou-se as medidas: Imposição de regras de conduta; Imposição de obrigações; Frequência em programas formativos, numa só.

Não foram encontradas relações estatisticamente significativas., entre o nível da risco do Asset e do nível de proteção do SAPROF entre as medidas tutelares educativas aplicadas aos jovens da presente investigação ($\chi^2(8)=5.713$; $p=.679$).

Relativamente às diferenças das classificações totais do Asset e do SAPROF entre as medidas aplicadas aos jovens não se verificou diferenças estatisticamente significativas (Asset: $K-W(2)=.452$, $p=.798$; SAPROF: $K-W(2)=1.423$, $p=.491$) .

Relativamente às diferenças das subescalas do Asset e do SAPROF entre as medidas aplicadas aos jovens verificou-se apenas uma diferença estatisticamente significativa ($K-W(2)=8.112$, $p=.017$) entre a subescala saúde mental do Asset e as medidas tutelares educativas, sendo a medida agrupada (imposição de regras de conduta, imposição de obrigações e frequência de programas formativos) que demonstra uma média superior.

Análise do período de *Follow-up*

Verificou-se que dos 90 (noventa) jovens, 27 (vinte e sete) jovens (30%) durante o período em que estava a decorrer a medida incumpriu, sendo que se considerou incumprimento várias situações além do incumprimento dos pressupostos determinados pelo tribunal. É importante lembrar que nem todos os incumprimentos tiveram lugar a relatório de revisão de medida e/ou relatório de informação ao tribunal.

Relativamente à presença de comportamento antissocial/desviante, em 85 (oitenta e cinco) dos jovens avaliados, foi possível identificar comportamentos antissociais/desviantes em 46 (quarenta e seis) dos jovens (54.1%). Importa referir que 9 (nove) dos 46 (quarenta e seis) jovens que apresentaram comportamento antissocial e/ou desviante demonstraram comportamentos delituosos, na medida em que foram indiciados em outros processos tutelares educativos e/ou penais, durante o decorrer da medida por factos que praticados durante o *follow-up*.

Embora não se encontrasse previsto nos objetivos iniciais foi possível efetuar análises suplementares exploratórias, devido à frequência de ocorrências registadas no *follow-up*.

Relação entre o tipo de comportamento delituoso e as variáveis incumprimento da medida tutelar educativa e evidência de comportamento antissocial e/ou desviante no período de *follow-up*.

Esta análise demonstrou que entre a variável incumprimento e o tipo de comportamento delituoso apresentado pelos jovens não foi possível obter relações estatisticamente significativas. Ao contrário da relação entre o tipo de comportamento

delituoso e evidência de comportamento antissocial e/ou desviante, que demonstrou resultados significativos ($\chi^2(1)=4.603$, $p=.032$). Estes resultados indicam que 58 (cinquenta e oito) dos jovens que estavam a cumprir medida por delitos violentos, 26 (vinte e seis) (44.8%) mostraram comportamentos antissociais e/ou desviantes durante o período de *follow-up*, enquanto dos que não cometeram delitos violentos 32 (55.2%) apresentaram ocorrências durante o *follow-up* (tabela 14).

Tabela 14

Relação entre o tipo de comportamento delituoso e a evidência de comportamento antissocial e/ou desviante no período de follow-up

		Violento		
		Não	Sim	
Comportamento antissocial e/ou desviante	Não	7(29.2%)	32(55.2%)	$\chi^2(1)=4.603$, $p=.032$
	Sim	17(70.8%)	26(44.8%)	

Relação entre o sexo e as variáveis incumprimento da medida tutelar educativa e evidência de comportamento antissocial e/ou desviante no período de *follow-up*.

Através da análise da relação entre o incumprimento da medida e o sexo não se verificaram, resultados estatisticamente significativos ($\chi^2(1)=1.888$, $p=.169$), contudo da análise da relação entre o sexo e a variável ter cometido comportamento antissocial e /ou desviante foram identificadas relações estatisticamente significativa ($\chi^2(1)=6.571$, $p=.010$), sendo que dos 46 (quarenta e seis) jovens que apresentaram comportamento antissocial/desviante, 2 (duas) jovens (4.3%) eram do sexo feminino e 44 jovens (95.7%) eram do sexo masculino (tabela 15).

Tabela 15

Relação entre o sexo e a variável ter cometido comportamento antissocial e/ou desviante

		Sexo		
		Feminino	Masculino	
Comportamento antissocial e/ou desviante	Não	9 (81.8%)	30 (40.5%)	$\chi^2(1)=1.888$, $p=.169$
	Sim	2 (18.2%)	44 (59.5%)	

Relação entre as medidas tutelares educativas e as variáveis incumprimento e evidência de comportamento antissocial e/ou desviante no período de *follow-up*.

Através desta análise não se verificaram resultados estatisticamente significativos entre as medidas e o incumprimento ($\chi^2(2)=3.760$, $p=.153$) e o comportamento antissocial e/ou desviante ($\chi^2(2)=5.397$, $p=.067$).

Indicadores de Validade do Asset e do SAPROF

Foram realizadas as análises de validade concorrente e validade preditiva a fim de precisar os indicadores de validade do Assset e SAPROF.

Validade concorrente.

Correlação entre a pontuação total do Asset e a pontuação total do YLS.

Através de uma correlação de *Pearson* entre as variáveis, pontuação total do Asset e pontuação total do YLS, verificou-se uma correlação (tabela 17) moderada, positiva e significativa entre estas, $r=.640$, $p=.000$. Este resultado demonstra que as pontuações dos dois instrumentos variam no mesmo sentido, isto é, quando um apresenta uma pontuação alta, o outro também e quando um apresenta uma pontuação baixa o outro também.

Correlação entre as subescalas do Asset e as dimensões do YLS.

Através da correlação entre as subescalas do Asset e das dimensões do YLS / CMI encontrou-se diversas correlações, tal como indica a tabela 16, contudo apenas serão mencionadas descritas as correlações elevadas e moderadas.

Identificou-se assim uma correlação estatisticamente significativa positivas e elevada entre a dimensão abuso de substâncias e a subescala uso de substâncias ($r=.731$, $p=.000$). Quanto às correlações moderadas foram encontradas 6 (seis) correlações estatisticamente significativas, positivas e moderadas entre as seguintes variáveis: subescala

relações familiares e dimensão contexto familiar/práticas parentais ($r=.571$, $p=.000$); dimensão contexto familiar/práticas parentais e subescala educação, formação e emprego ($r=.571$, $p=.000$); dimensão educação/emprego e subescala educação, formação e emprego ($r=.503$, $p=.000$); entre a dimensão abuso de substâncias e a variável idade da primeira suspensão do processo ($r=.553$, $p=.000$); entre a dimensão relação com os pares a subescala educação, formação e emprego ($r=.480$, $p=.000$); a dimensão atitudes/orientação e a subescala educação, formação e emprego ($r=.471$, $p=.000$); a dimensão contexto familiar e subescala uso de substâncias ($r=.468$, $p=.000$); a dimensão relação com os pares e a subescala motivação para a mudança ($r=.463$, $p=.000$); a dimensão tempos livres e a subescala educação, formação e emprego ($r=.463$, $p=.000$); a dimensão tempos livres e a subescala relações familiares; a dimensão personalidade/comportamento e a subescala comportamento e pensamento ($r=.448$, $p=.000$); atitudes/orientação e a subescala do uso de substâncias ($r=.452$, $p=.000$); a dimensão educação/emprego e a subescala comportamento e pensamento ($r=.432$, $p=.000$); a dimensão comportamento e pensamento e a subescala educação, formação e emprego ($r=.428$, $p=.000$); a dimensão educação/emprego e a subescala estilo de vida ($r=.426$, $p=.000$); dimensão personalidade/comportamento e a subescala relações familiares ($r=.422$, $p=.000$); a dimensão contexto familiar/práticas parentais e a subescala comportamento e pensamento ($r=.420$, $p=.000$); a dimensão educação/emprego e a subescala relações familiares ($r=.416$, $p=.000$); a dimensão contexto familiar/práticas parentais e a subescala meio residencial ($r=.408$, $p=.000$).

Tabela 16

Correlação entre as subescalas do Asset e as dimensões do YLS / CMI

	Delitos e medidas anteriores e atuais	Contexto familiar/ práticas parentais	Educação/ emprego	Relação com os pares	Abuso de substâncias	Tempos livres	Personalidade/ comportamento	Atitudes/ orientação
Pontuação delito	.038	.077	-.140	.333**	.127	.287*	.002	-.055
Idade primeira suspensão do processo	.088	.213	.022	.289*	.553**	.179	-.170	.240*
Idade primeira condenação	.276*	.084	-.023	.090	-.019	-.064	.022	.170
N.º condenações anteriores	.227	.025	-.018	.033	-.161	-.099	.065	.121
Circunstâncias habitacionais	.099	.311**	.241*	.131	.160	.069	.198	.271*
Relações familiares	.002	.571**	.416**	.355**	.270*	.448**	.422**	.361**
Educação formação e emprego	.106	.531**	.503**	.480**	.338**	.463**	.428**	.471**
Pontuação total da subescala meio residencial	.320**	.408**	.347**	.228	.204	.267*	.050	.067
Estilo de vida	.096	.536**	.426**	.535**	.303**	.282*	.385**	.349**
Uso de substâncias	.199	.468**	.229*	.365**	.731**	.284*	.219	.452**
Saúde física	.055	.114	.049	-.151	-.036	.032	.211	.005
Saúde mental	-.020	.195	.255*	-.115	.037	.125	.329**	.251*
Auto percepção e percepção dos outros	.203	.305**	.294*	.006	.009	.166	.384**	.109
Comportamento e pensamento	.044	.420**	.432**	.255*	.089	.054	.448**	.307**
Atitudes face à delinquência	.044	.381**	.303**	.278*	.196	.171	.276*	.367**
Motivação para a mudança	.017	.395**	.316**	.463**	.327**	.181	.208	.303**

*.p<0.05

**. p<0.01

Correlação entre as pontuações totais do Asset e do SAPROF.

Através da correlação entre as pontuações totais do Asset e SAPROF é inteligível uma correlação negativa, estatisticamente significativa e alta ($r=-.713$,

$p=.000$). A correlação negativa diz-nos que à medida que os valores de um instrumento aumentam os valores do outro diminuem.

Análise da relação entre a pontuação das subescalas relativas aos fatores de risco estáticos do Asset e a pontuação dos itens do SAPROF.

Através da análise (tabela 17) entre a pontuação dos fatores de risco estáticos e a pontuação dos itens dos fatores de proteção, verificou-se a presença de uma correlação significativa, fraca, negativa ($r=-.236$, $p=.028$), entre o item objetivos de vida e a pontuação do delito atual.

Tabela 17

Correlação entre a pontuação dos fatores de risco estáticos e a pontuação dos itens dos fatores de proteção

	Pontuação do delito	Idade da primeira suspensão do processo	Idade da primeira condenação	Nº de condenações anteriores
Fator de proteção vinculação segura na infância	-.026	-.136	-.072	-.055
Fator de proteção empatia	-.115	.020	-.130	-.132
Fator de proteção coping	.030	-.085	-.066	-.056
Fator de proteção autocontrolo	.020	.065	-.082	-.083
Fator de proteção escola/trabalho	-.189	-.118	-.087	-.070
Fator de proteção atividades de lazer	-.139	-.052	-.062	-.073
Fator de proteção atitudes pró-sociais	.018	.015	-.028	-.041
Fator de proteção motivação para o tratamento	-.122	-.165	.009	.062
Fator de proteção atitudes face à autoridade	.063	-.184	-.087	-.037
Fator de proteção objetivos de vida	-.236*	-.105	-.092	-.069
Fator de proteção rede social	-.138	-.126	-.142	-.115
Fator de proteção supervisão parental	-.174	-.127	-.085	-.063
Fator de proteção acompanhamento profissional	-.127	-.055	-.145	-.120
Fator de proteção circunstâncias de vida	-.099	-.011	-.064	-.063
Fator de proteção controlo externo	.099	.011	.064	.063

* $p<0.05$

Relação entre as subescalas relativas aos fatores de risco dinâmicos do Asset e a pontuação dos itens do SAPROF.

Através da análise (tabela 18) entre a pontuação dos itens avaliativos dos fatores de proteção e a pontuação das subescalas respeitantes aos fatores de risco dinâmicos, verificou-se a presença de diversas correlações significativas.

Neste sentido, irão ser abordadas apenas as correlações estatisticamente significativas, negativas e moderadas, sendo elas: entre o fator de proteção escola e o item educação, formação e emprego ($r_p = -.694$, $p = .000$); entre o fator de proteção escola e o item estilo de vida ($r_p = -.530$, $p = .000$); entre o item rede de suporte social com o item estilo de vida ($r_p = -.579$, $p = .000$); entre o fator de proteção supervisão parental e o item estilo de vida ($r_p = -.582$, $p = .003$); entre o fator de proteção supervisão parental e o item relações familiares ($r_p = -.555$, $p = .000$); entre o fator de proteção supervisão parental e o item educação, formação e emprego ($r_p = -.526$, $p = .000$); entre o fator de proteção escola e o item relações familiares ($r_p = -.462$, $p = .000$); entre o fator de proteção vinculação segura na infância e o item circunstâncias habitacionais ($r_p = -.340$, $p = .001$); entre o fator de proteção vinculação segura na infância e o item relações familiares ($r_p = -.447$, $p = .000$); entre o fator de proteção empatia e o item atitudes face à delinquência ($r_p = -.486$, $p = .000$); entre o fator de proteção auto controlo e o item comportamento e pensamento ($r_p = -.474$, $p = .000$); entre o fator de proteção escola e o item motivação para a mudança ($r_p = -.421$, $p = .000$); entre o fator de proteção motivação e o item educação, formação e emprego ($r_p = -.440$, $p = .000$); entre a motivação, como fator de proteção e o item uso de substâncias ($r_p = -.361$, $p = .001$); entre o fator de proteção motivação apresenta correlação com o item motivação para a mudança ($r_p = -.488$, $p = .000$); entre o fator de proteção objetivos de vida e o item educação, formação e emprego ($r_p = -.459$, $p = .000$); entre o fator de proteção objetivos de vida e o item estilo de vida ($r_p = -.488$, $p = .000$); entre o fator de proteção rede de suporte social e o item relações familiares ($r_p = -.468$, $p = .000$); entre o fator de proteção rede de suporte social e o item educação, formação e emprego ($r_p = -.455$, $p = .000$); entre o fator de proteção rede de suporte social e o item meio residencial ($r_p = -.427$, $p = .000$); entre o fator de proteção rede de suporte social e o item uso de substâncias ($r_p = -.413$, $p = .000$);

Importa mencionar que foram encontradas algumas correlações estatisticamente significativas, positivas e moderadas entre fator de proteção acompanhamento profissional e os itens saúde física ($r_p = -.477$, $p = .000$), saúde mental e emocional ($r_p = -.441$, $p = .000$), auto perceção e perceção dos outros ($r_p = -.306$, $p = .004$). Foi ainda

encontrada uma correlação estatisticamente significativa, positiva e reduzida com o acompanhamento profissional e o item comportamento e pensamento ($r_p = -.292$, $p = .005$).

Tabela 18

Correlação de Pearson entre as classificações das subescalas relativas aos fatores de risco dinâmicos e itens relativos aos fatores de proteção

	Circunstâncias habitacionais	Relações familiares	Educação, formação e emprego	Meio residencial	Estilo de vida	Uso de substâncias	Saúde física	Saúde mental	Auto percepção e percepção dos outros	Comportament o e pensamento	Atitudes face à delinquência	Motivação para a mudança
Fator de proteção vinculação segura na infância	-.340**	-.447**	-.260*	-.128	-.279**	-.171	-.274*	-.340**	-.328**	-.246*	-.304**	-.141
Fator de proteção empatia	-.150	-.238*	-.290**	-.285**	-.312**	-.327**	-.183	-.209	-.344**	-.163	-.486**	-.286**
Fator de proteção coping	-.064	-.145	-.246*	-.035	-.101	-.078	-.139	-.209	-.219*	-.149	-.174	-.207
Fator de proteção auto controlo	.031	-.128	-.180	-.036	-.185	.045	-.261*	-.181	-.269*	-.474**	-.265*	-.175
Fator de proteção escola/trabalho	-.109	-.462**	-.694**	-.228*	-.530**	-.381**	.021	-.115	-.163	-.236*	-.226*	-.421**
Fator de proteção atividades de lazer	-.075	-.286**	-.300**	-.117	-.267*	-.160	.070	-.017	-.233*	-.011	-.090	-.119
Fator de proteção atitudes pró-sociais	-.121	-.251*	-.272*	-.160	-.181	-.099	-.049	-.120	-.087	-.234*	-.291**	-.314**
Fator de proteção motivação para o tratamento	-.006	-.338**	-.440**	-.168	-.293**	-.361**	-.083	-.101	-.136	-.254*	-.282**	-.488**
Fator de proteção atitudes face à autoridade	.048	-.053	-.213*	-.053	-.167	-.007	.111	.042	-.023	-.211*	-.143	-.299**
Fator de proteção objetivos de vida	-.269*	-.261*	-.459**	-.117	-.488**	-.308**	.127	.075	-.203	-.118	-.261*	-.234*
Fator de proteção rede social	-.374**	-.468**	-.455**	-.427**	-.579**	-.413**	-.043	-.305**	-.270*	-.162	-.382**	-.302**
Fator de proteção supervisão parental	-.195	-.555**	-.526**	-.312**	-.582**	-.258*	.056	-.079	-.289**	-.203	-.329**	-.337**
Fator de proteção acompanhamento profissional	.089	.146	.080	-.143	-.023	-.019	.477**	.441**	.306**	.292**	.119	-.036
Fator de proteção circunstâncias de vida	.095	.170	-.022	.119	.056	-.060	-.059	.179	.150	.097	.165	-.148
Fator de proteção controlo externo	.002	.182	.155	.153	.143	.060	.059	.043	.121	.129	-.044	.024

*p<0.05

**p<0.01

Análise da relação das classificações das subescalas do Asset e dos fatores do SAPROF.

Identificou-se diversas relações estatisticamente significativas entre as subescalas do Asset e os fatores do SAPROF.

Foram assim inteligíveis correlações estatisticamente significativas, negativa e moderada entre a subescala educação, formação e emprego e os fatores motivacionais ($r_p = -.658$, $p = .000$); entre a subescala estilo de vida e os fatores externos ($r_p = -.576$, $p = .000$); entre a subescala estilo de vida e os fatores motivacionais ($r_p = -.557$, $p = .000$); entre a subescala relações familiares e os fatores motivacionais ($r_p = -.519$, $p = .000$); entre a subescala atitudes face à delinquência e os fatores internos ($r_p = -.536$, $p = .000$); entre a subescala motivação para a mudança e os fatores motivacionais ($r_p = -.469$, $p = .000$); entre a subescala auto percepção e percepção dos outros e os fatores internos ($r_p = -.467$, $p = .000$); entre a subescala relações familiares e os fatores internos ($r_p = -.454$, $p = .000$); entre a subescala educação, formação e emprego e os fatores internos ($r_p = -.454$, $p = .000$); entre a subescala relações familiares e os fatores internos ($r_p = -.440$, $p = .000$); entre a subescala saúde mental e os fatores internos ($r_p = -.423$, $p = .000$); entre a subescala estilo de vida e os fatores internos ($r_p = -.421$, $p = .000$); entre a subescala educação, formação e emprego e os fatores externos ($r_p = -.417$, $p = .000$); entre a subescala meio residencial e os fatores externos ($r_p = -.416$, $p = .000$).

Por último, foram encontradas outras correlações baixas, estatisticamente significativas, sendo que uma positiva e as restantes negativas, entre a subescala motivação para a mudança e os fatores internos ($r_p = -.379$, $p = .000$); entre a subescala uso de substâncias e os fatores motivacionais ($r_p = -.373$, $p = .000$); entre a subescala motivação para a mudança e os fatores externos ($r_p = -.365$, $p = .000$); entre a subescala saúde física e os fatores internos ($r_p = -.338$, $p = .001$); entre a subescala atitudes face à delinquência e os fatores motivacionais ($r_p = -.335$, $p = .001$); entre a subescala auto percepção e percepção dos outros e os fatores motivacionais ($r_p = -.318$, $p = .002$); entre a subescala uso de substâncias e os fatores externos ($r_p = -.307$, $p = .003$); entre a subescala atitudes face à delinquência e os fatores externos ($r_p = -.302$, $p = .004$); entre a subescala circunstâncias habitacionais e a dimensão fatores internos ($r_p = -.229$, $p = .032$); entre a subescala meio residencial e os fatores

motivacionais ($r_p = -.228$, $p = .032$); entre a subescala uso de substâncias e os fatores internos ($r_p = -.252$, $p = .018$); entre a subescala saúde física e os fatores externos ($r_p = .228$, $p = .032$).

Para analisar as restantes correlações consulte a tabela 19.

Tabela 19

Correlação entre as pontuações das subescalas do Asset e os fatores do SAPROF

	Fatores Internos	Fatores Motivacionais	Fatores Externos
Pontuação do delito	-.016	-.182	-.200
Idade da primeira suspensão do processo	-.064	-.162	-.143
Idade da primeira condenação	-.150	-.078	-.169
Número de condenações anteriores	-.141	-.045	-.138
Circunstâncias habitacionais	-.229*	-.151	-.198
Relações familiares	-.454**	-.519**	-.440**
Educação, formação e emprego	-.427**	-.658**	-.417**
Meio residencial	-.170	-.228*	-.416**
Estilo de vida	-.421**	-.557**	-.576**
Uso de substâncias	-.252*	-.373**	-.307**
Saúde física	-.338**	.072	.228*
Saúde mental	-.423**	-.034	.053
Auto percepção e percepção dos outros	-.499**	-.183	-.071
Comportamento e pensamento	-.467**	-.318**	-.094
Atitudes face à delinquência	-.536**	-.335**	-.302**
Motivação para a mudança	-.379**	-.469**	-.365**

** . $p < 0.01$

* . $p < 0.05$

Análise dos níveis de risco do Asset e do YLS.

No que concerne à análise dos níveis de risco do Asset e do YLS (tabela 20), identificou-se uma associação estatisticamente significativa ($\chi^2(6) = 47.961$; $p = 0.000$). Esta relação demonstra que os 2 (dois) instrumentos tendem a medir o risco dos participantes de forma semelhante (tabela 20).

Tabela 20

Teste do Qui-quadrado, associação entre os níveis de risco do Asset e do YLS / CMI

		Níveis de risco – YLS				$\chi^2(6) = 41.961;$ $p = 0.000$
		Baixo	Moderado	Alto	Baixo/Moderado	
Níveis de Risco Asset	Baixo	12 (85.7%)	2 (14.3%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	
	Médio	5 (10.0%)	34 (68.0%)	11 (22.0%)	0 (0.0%)	
	Alto	1 (8.3%)	8 (66.7%)	2 (16.7%)	1 (8.3%)	

Validade preditiva.

Comparação das médias da pontuação total do Asset e a pontuação total do SAPROF e a variável ter demonstrado incumprimento da medida em vigor durante período de follow-up.

A comparação entre a pontuação total do Asset e a pontuação total do SAPROF, com a variável incumprimento da medida em vigor, demonstrou diferenças estatisticamente significativas (Asset: $t(88) = -2.69$, $p = .009$; SAPROF: $t(77) = 2.79$, $p = .007$). Da análise (tabela 21) referente á pontuação total do Asset verificou-se que os jovens que incumpriram a medida em vigor apresentam uma média superior ($M = 28$, $DP = 9.12$) na pontuação total do Asset. Quanto à comparação do incumprimento e a pontuação total do SAPROF verificou-se que que não incumpriu a medida em vigor apresentou uma média superior ($M = 12.42$, $DP = 3.96$).

Tabela 21

Comparação de médias entre a pontuação total do Asset e da pontuação total do SAPROF e a variável ter demonstrado incumprimento da medida em vigor

	Incumprimento da medida em vigor	Média	Desvio Padrão	t	p
Classificação total do Asset	Sim	28.00	9.12	-2.69	.009
	Não	22.10	9.72		
Classificação total do SAPROF	Sim	9.71	3.98	2.79	.007
	Não	12.42	3.96		

Comparação das médias da pontuação total do Asset e do SAPROF segundo a variável ter demonstrado comportamento antissocial e/ou desviante no período de follow-up.

Da análise entre a pontuação total do Asset e a variável demonstrar comportamento antissocial ou desviante verificou-se resultados estatisticamente significativos ($t(83)=-4.30$, $p=.000$), em que quem demonstrou comportamento antissocial ou desviante apresenta uma média superior ($M=28.11$, $DP=8.45$). No mesmo sentido, a análise da comparação entre variável demonstrar comportamento antissocial ou desviante e a pontuação total do SAPROF, verificou-se resultados estatisticamente significativos ($t(72)= 4.53$, $p=.000$), sendo que aqueles que não exibiram comportamento antissocial e desviante apresentou uma média superior ($M=13.49$, $DP=3.71$) (tabela 22).

Tabela 22

Comparação de médias entre a pontuação total do Asset e da pontuação total do SAPROF e a variável ter demonstrado comportamento antissocial ou desviante

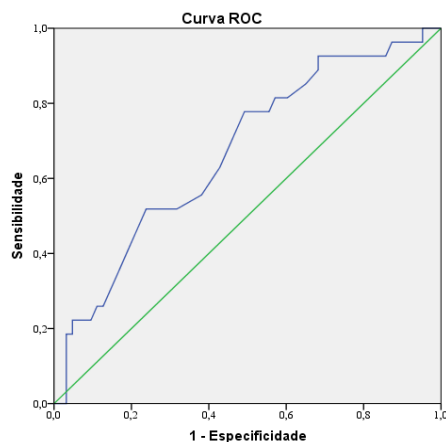
	Existência de comportamento antissocial ou desviante?	Média	Desvio Padrão	<i>t</i>	<i>p</i>
Pontuação total do Asset	Sim	28.11	8.45	-4.30	.000
	Não	19.79	9.37		
Pontuação total do SAPROF	Sim	9,64	3.71	4.53	.000
	Não	13.49	3.71		

Análise da validade preditiva dos resultados do Asset e SAPROF para o incumprimento das medidas tutelares educativas durante o follow-up.

Através de uma análise *Receiver Operating Characteristic* (ROC, curva de características do recetor) (Pepe, Janes, Longton, Leisenring, & Newcomb, 2004), tal como demonstra a figura 1, podemos mencionar que o Asset possui um valor de AUC moderado ($AUC=.669$, Erro padrão=.062, $p=.012$; IC a 95%: .548-.790) (figura 1). Podemos ainda referir que desde a pontuação mínima o instrumento demonstra ter boas capacidades de sensibilidade (1) e especificidade (1).

Figura 1

Curva ROC - Pontuação total do Asset e a variável incumprimento

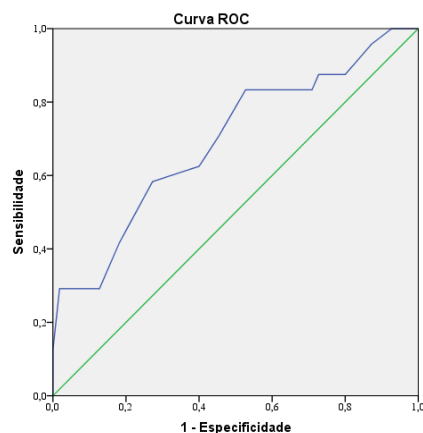


Relativamente ao SAPROF, podemos indicar um AUC de .693 (Erro padrão=.067, $p=.007$; IC a 95%: .562-.824). Podemos ainda referir que desde a pontuação mínima o instrumento demonstra ter boas capacidades de sensibilidade (1) e especificidade (1) (figura 2).

Para a presente análise foram utilizadas as pontuações totais do Asset e do SAPROF.

Figura 2

Curva ROC - Pontuação total do SAPROF e a variável incumprimento



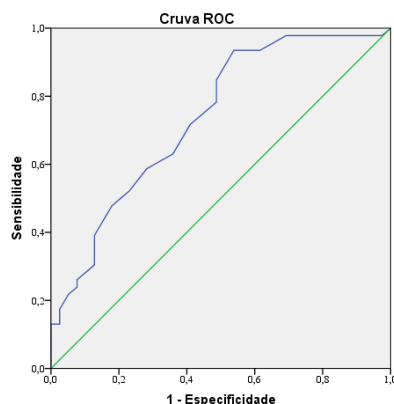
Análise da validade preditiva dos resultados do Asset e SAPROF com o comportamento antissocial e/ ou desviante no período de follow-up.

Da análise da curva de ROC é inteligível através da figura 3, de que o Asset apresenta um valor de AUC bom (AUC =.737, Erro padrão =.054, $p=.000$; IC a 95%: .630-

.843). Identifica-se ainda que a partir da pontuação mínima é garantido boas capacidade de sensibilidade (1) e especificidade (1) (figura 3).

Figura 3

Curva ROC – Pontuação total do Asset e a variável comportamento antissocial e/ou desviante

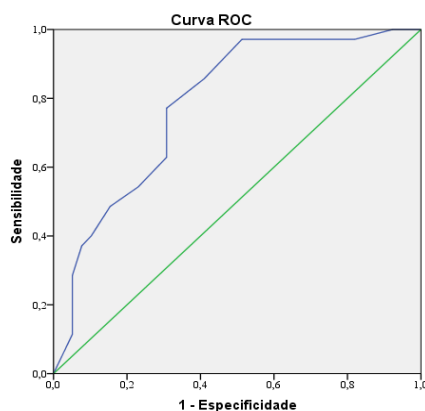


Quanto ao SAPROF, verifica-se que um valor de AUC semelhante ao do Asset (AUC=.783, Erro padrão=.054, $p=.000$; IC a 95%:.678-.888) e demonstra bons valores de especificidade (1) e sensibilidade (1) a partir da pontuação mínima (figura 4).

Para a presente análise foram utilizadas as pontuações totais do Asset e do SAPROF.

Figura 4

Curva ROC - Pontuação total do SAPROF e a variável comportamento antissocial e/ou desviante



Correlação entre as classificações totais do Asset e do SAPROF e o incumprimento durante o período de follow-up.

Através da correlação entre as classificações dos instrumentos Asset e SAPROF é possível verificar correlações *point biserial* estatisticamente significativas (Asset: $r_{pb}=.276, p=.009$; SAPROF: $r_{pb}= -.303, p=.007$).

Correlação entre as classificações totais do Asset e do SAPROF e o comportamento antissocial durante o período de follow-up.

Da análise (correlação *point biserial*) entre as classificações totais do Asset e do SAPROF e o comportamento antissocial é possível verificar correlações estatisticamente significativas entre as classificações dos instrumentos de avaliação de risco ($r_{pb}=.427, p=.000$) e proteção ($r_{pb}= -.471, p=.000$).

Discussão

O objetivo geral deste estudo prendia-se com a obtenção de uma melhor compreensão do comportamento delinquente na adolescência, através da análise de múltiplos fatores de risco e proteção que predizem a reincidência do comportamento delinquente em jovens portugueses a cumprir medida tutelar educativa na comunidade.

Das análises efetuadas e ao nível dos dados gerais apurou-se que os jovens tendem a apresentar um nível de risco moderado (66.7%), este resultado vai ao encontro do estudo de Wilson e Hinks (2011), onde apresentaram resultados semelhantes, em que 54.4% dos jovens (n=5126) apresentou risco moderado. Num outro estudo Baker e colaboradores (2005), identificaram o nível de risco com maior percentagem o nível médio (40.17% - n=2233).

Considerando a pontuação em média obtida pelos jovens do presente estudo, 3.54 (DP=3.61) para os fatores de risco estáticos e 20.32 (DP=8.71) para os fatores de risco dinâmicos, podemos inferir que os jovens demonstram uma média de pontuação de quase metade do resultado máximo possível nos fatores de risco dinâmicos e uma pontuação em média baixa nos fatores de risco estáticos. Embora não tenha sido encontrada literatura que interprete diretamente estes resultados, podemos enunciar o estudo de Wilson e Hinks (2011) que nos indica que a subescala respeitante aos fatores de risco dinâmicos é muito importante na predição do risco de reincidência. Embora não sejam apresentados pontos de corte, os autores indicam que os jovens que demonstram pontuações altas nos fatores de risco dinâmicos tendem a receber medidas privativas da liberdade. Embora no presente estudo não se tenha avaliado jovens a cumprir medidas privativas da liberdade, podemos inferir que com base nas pontuações analisadas, alguns dos jovens da presente investigação poderão estar em risco de no futuro vir a receber uma medida privativa da liberdade, caso o seu nível de risco não diminua.

Das alíneas que medem os fatores de risco estáticos, a pontuação do delito recente foi aquela que demonstrou uma média superior (M=1.88; DP=1.98; Mediana=.00), isto é, a pontuação do delito foi a variável que demonstrou um peso maior na pontuação total dos fatores de risco estáticos. Assim, podemos inferir que tendo por base a pontuação do Asset referente à gravidade dos delitos e comparativamente às restantes variáveis que medem os fatores de risco estáticos, a pontuação do delito que o jovem cometeu (o crime que

cometeu) é a variável que se demonstra mais preocupante nos jovens da presente investigação.

Das subescalas respeitantes aos fatores de risco dinâmicos, a subescala que apresentou uma média superior foi a subescala comportamento e pensamento ($M=3.14$; $DP=1.03$), ou seja, das 12 (doze) subescalas que permitem avaliar os fatores de risco dinâmicos, o comportamento e o pensamento é a subescala que demonstra um peso maior. Neste sentido podemos enunciar que os jovens da presente investigação podem apresentar problemas relacionados com a impulsividade, temperamento e/ou agressões a outros, uma vez que a pontuação mais alta desta subescala corresponde à presença destas características. Baker e colaboradores (2005) verificaram no seu estudo que uma pontuação alta, nas subescalas, estilo de vida, comportamento e pensamento, e atitudes face à delinquência era comum em jovens com medidas privativas da liberdade ou na comunidade.

Relativamente ao nível de proteção, através dos resultados do SAPROF, verificou-se que os jovens apresentam com maior frequência (48.3%) um nível de proteção baixo face aos comportamentos delinquentes. No que concerne à pontuação de cada item do instrumento, verificou-se que as atitudes face à autoridade ($M=1.03$; $DP=0.60$) e as circunstâncias de vida ($M=1.01$; $DP=1.06$) apresentavam uma média superior comparativamente aos outros itens. Estes resultados indicam o expectado, uma vez que os jovens estão envolvidos com o sistema de justiça pela prática de factos qualificados como crime e a literatura diz-nos que os jovens delinquentes tendem a apresentar mais fatores de risco e menos fatores de proteção (e.g. Hawkins et al, 2009).

Análise dos objetivos

Comparação dos resultados do Asset e do SAPROF entre jovens com comportamento violento e não violento.

Ao contrário da literatura encontrada, na presente investigação não foram verificadas diferenças nem relações estatisticamente significativas em relação à comparação da pontuação total, das subescalas e dos níveis de risco obtido pelo Asset entre o tipo de comportamento apresentado pelos jovens (violento e não violento). Contudo, um estudo de Mulder e colaboradores (2011) demonstrou que jovens reincidentes violentos tendem a apresentar pontuações altas nos fatores de risco estáticos, mais especificamente

no número de ofensas no passado e idade precoce da primeira ofensa. Quanto aos fatores de risco dinâmicos, os reincidentes violentos tenderam a apresentar problemas na família, comportamento criminal nos membros da família, história de negligência e abuso de álcool por parte dos cuidadores, problemas de insight, baixo suporte emocional, ausência de coping, ausência de motivação e adesão ao tratamento. No mesmo sentido, Gómez e colaboradores (2010), verificaram que os jovens delinquentes violentos tendem a apresentar um maior número de delitos, um maior número de medidas, bem como a ter medidas de maior duração. No mesmo estudo verificaram que, os jovens não violentos são quem demonstra pontuar níveis de risco altos, enquanto os violentos, em maior percentagem, tendem a apresentar um nível de risco moderado. Esta discrepância de resultados pode ser explicada pelo número diminuto de jovens não violentos bem como pela pouca variabilidade relativamente aos fatores de risco analisados nos jovens.

Relativamente aos fatores de proteção, na presente investigação não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas classificações e subescalas do SAPROF entre o tipo de comportamento dos jovens. Estes resultados indicam que facto de terem cometido delitos violentos ou não violentos não parece fazer variar o tipo e a quantidade de fatores de proteção de que beneficiam.

Da análise não foram encontradas relações estatisticamente significativas, ao contrário do esperado, uma vez que se esperava que os jovens violentos apresentassem um maior nível de risco de perpetrar dano grave em outros. Estes resultados podem dever-se ao facto de os crimes embora considerados como violentos não terem sido muito gravesos de forma a cotar no formulário risco de Dano Grave.

Comparação dos resultados do Asset e do SAPROF entre jovens do sexo masculino e feminino.

No que concerne à comparação da pontuação total, do nível e das subescalas do Asset, bem como da pontuação total, dos níveis e das subescalas do SAPROF entre jovens do sexo feminino e masculino, não se verificaram resultados estatisticamente significativos. Ao contrário dos resultados encontrados por Hart e colaboradores (2007), em que relataram diferenças significativas entre sexos, demonstrando assim que os participantes do sexo feminino demonstraram mais fatores de risco ($M=2.44$, $DP=1.33$) do que os participantes do sexo masculino ($M=1.90$, $DP=1.09$). Por outro lado Wong e colaboradores (2010)

verificaram que não existiam diferenças quanto à média do número de fatores de risco e proteção presentes nos jovens e nas jovens na infância e na adolescência. Ao contrário do estudo de Formiga e colaboradores (2008), em que concluíram que os homens têm maior tendência para a busca de intensidade, novidade, sensação e prática de condutas antissociais e delitivas, do que as mulheres. Por outro lado, Tremblay (2000) indica-nos que na infância, os homens tendem a ser mais agressivos que as mulheres.

Relativamente aos fatores de proteção, Hawkins e colaboradores (2009) concluíram que o fator específico de proteção escola demonstrou ser um fator de proteção significativo durante a adolescência e juventude adulta, nas raparigas, sendo que as jovens que apresentaram resultados de sucesso na escola estavam menos propensas a praticar condutas impróprias e pertencer a *gangs*. Whitney, Renner e Herrenkohl, (2010) demonstraram que os jovens com baixo nível de risco de reincidência e alto nível de proteção tendem a envolver-se em menos comportamentos delinquentes, isto é, tendem a apresentar diferenças significativas independentemente do sexo. Contudo num outro estudo foram encontradas diferenças significativas no que concerne ao nível de proteção e sexo, Fagan e colaboradores (2007) encontraram níveis mais elevados de fatores de proteção (mais oportunidades pró-sociais e melhores habilidades sociais) entre as jovens, quando comparados com os jovens. Os autores sugerem ainda que estes resultados podem indicar que as taxas mais elevadas de delinquência em jovens do sexo masculino podem dever-se a níveis mais baixos de fatores de proteção, em combinação com uma maior exposição a fatores de risco quando comparados com raparigas.

Os resultados da presente investigação não se demonstraram de acordo com nenhuma das pesquisas supracitadas, o que pode ser justificado com o número de diminuto de jovens do sexo feminino. Seria expectável a dificuldade em analisar os dados relativos ao sexo feminino, devido ao baixo número, pelo que quaisquer resultados devem ser interpretados com cautela e não generalizados.

Na presente investigação identificou-se ainda uma relação entre o sexo e os níveis de risco que predizem a probabilidade de perpetrar comportamentos graves sobre outros, sendo que os jovens tendem a demonstrar percentagens superiores às jovens. Estes resultados vão de encontro ao estudo de Formiga e colaboradores (2008), que nos indica

que os homens têm maior tendência para a busca de intensidade, novidade e sensação que as mulheres, o que os pode tornar mais propensos a cometer danos em outras pessoas.

Comparação dos resultados do Asset e do SAPROF entre as medidas tutelares educativas.

Considerando a análise das classificações totais, subescalas e níveis do Asset e do SAPROF, identificou-se um resultado significativo, na subescala saúde mental do Asset e as medidas tutelares educativas, sendo a média superior na variável que agrupa as seguintes medidas: imposição de regras de conduta, imposição de obrigações, frequência em programas formativos. Estes resultados indicam que há mais jovens com fatores de risco a nível da saúde mental em comparação com as restantes medidas.

Análise do período de *follow-up*

Relação entre os tipo de comportamento delituoso e as variáveis incumprimento da medida tutelar educativa e evidência de comportamento antissocial e/ou desviante no período de *follow-up*.

A análise demonstrou resultados estatisticamente significativos entre o tipo de comportamento delituoso e evidência de comportamento antissocial e/ou desviante, que demonstrou resultados significativos e demonstraram que a maioria evidenciou comportamento antissocial e/ou desviante haviam cometido crimes violentos. Estes resultados indicam, tal como esperado, que os jovens que cometeram delitos violentos têm mais probabilidade de apresentar comportamentos antissociais e/ou desviantes.

Relação entre o sexo e as variáveis incumprimento da medida tutelar educativa e evidência de comportamento antissocial e/ou desviante no período de *follow-up*.

Dos resultados da relação entre o incumprimento da medida e o sexo não se verificaram resultados estatisticamente significativos, ao contrário da relação entre o sexo e a variável ter cometido comportamento antissocial e /ou desviante, onde foram identificadas diferenças estatisticamente significativas. Mais especificamente verificou-se que os jovens do sexo masculino demonstraram uma frequência superior. Importa referir que tal como esperado este resultado vai ao encontro do estudo de Formiga e colaboradores

(2008), em que verificaram os homens têm maior tendência para a busca de intensidade, novidade e sensação do que as mulheres. Embora se deva referir tais resultados contrariam o estudo de Wong e colaboradores (2010) que nos revela que as jovens apresentaram um maior número de fatores de risco do que os jovens. Deve ainda ficar a ressalva de que embora se tenham verificado estes resultados, aquando a análise da relação entre o sexo e os fatores de risco não foram encontrados resultados estatisticamente significativos.

Relação entre as medidas tutelares educativas e as variáveis incumprimento e evidência de comportamento antissocial e/ou desviante no período de *follow-up*.

Não se verificou nenhuma relação estatisticamente significativos entre as medidas e o incumprimento e o comportamento antissocial e/ou desviante. Neste sentido, os dados indicam-nos que não existe nenhuma relação entre as medidas tutelares educativas e a existência de ocorrências durante o período de *follow-up*.

Indicadores de Validade do Asset e do SAPROF

Validade Concorrente.

Correlação entre a pontuação total do Asset e a pontuação total do YLS.

A correlação moderada, positiva e significativa encontrada entre a pontuação total do Asset e a pontuação total do YLS indica-nos que as pontuações dos 2 (dois) instrumentos estão associadas, isto é, quando um dos instrumentos apresenta uma pontuação alta, o outro também. Pode-se assim concluir que estes dois instrumentos medem de forma semelhante os fatores de risco preditores do comportamento delincente.

Correlação entre as subescalas do Asset e as dimensões do YLS.

As correlações estatisticamente significativas e positivas entre as subescalas do Asset e das dimensões do YLS indicam-nos que estes instrumentos tendem a medir de forma semelhante os mesmos constructos, pois à medida que a pontuação de um aumenta a pontuação do outro aumenta igualmente. Estes resultados indicam que o Asset mede de forma segura os fatores de risco associados à reincidência da delinquência, neste sentido inteligível afirmar que é seguro utilizar este instrumento na população portuguesa.

Comparação entre as pontuações totais do Asset e do SAPROF.

A comparação das pontuações totais do Asset e SAPROF diz-nos que estes instrumentos estão correlacionados, na medida em que a pontuação de um aumenta a pontuação do outro diminui, ou seja, na presente investigação os jovens que apresentaram pontuações altas nos fatores de risco, apresentaram pontuações baixas nos fatores de proteção. Considerando a presente amostra, jovens delinquentes, este resultado era expectável, uma vez que a literatura nos indica que em geral os jovens delinquentes demonstram possuir mais fatores de risco do que de proteção (e.g. Hawkins et al, 2009).

Análise da relação entre a pontuação das subescalas relativas aos fatores de risco estáticos do Asset e a pontuação dos itens do SAPPROF.

Considerando a análise da relação entre a pontuação dos fatores de risco estáticos e a pontuação dos itens dos fatores de proteção, verificou-se a presença de uma correlação significativa, fraca, negativa entre o item objetivos de vida e a pontuação do delito atual. Este dado demonstra que à medida que, na presente investigação os jovens apresentam delitos considerados pelo Asset como graves, tendem a apresentar classificações baixas no item objetivos de vida. Embora não tenham sido encontrados estudos que abordassem a comparação entre os fatores de risco estáticos e dinâmicos, tende a ser consensual a ideia de que os não delinquentes tendem a apresentar mais fatores de proteção do que os jovens delinquentes violentos e os jovens delinquentes não violentos (Hart, et al, 2007).

Relação entre as subescalas relativas aos fatores de risco dinâmicos do Asset e a pontuação dos itens do SAPPROF.

A análise entre a pontuação dos itens dos fatores de proteção e a pontuação das subescalas respeitantes aos fatores de risco dinâmicos indicou-nos a presença de diversas correlações significativas e maioritariamente negativas. Estes resultados demonstram assim que, à medida que a pontuação de um instrumento aumenta a pontuação do outro tende a diminuir. No mesmo sentido do resultado anterior, podemos referir o estudo de Hart e colaboradores (2007) que demonstrou que os jovens delinquentes tendem a demonstrar menos fatores de proteção que os jovens não delinquentes.

Quanto às correlações positivas obtidas na presente investigação podemos verificar que os resultados podem ser explicados pelo lapso temporal, mais especificamente, para o

facto da avaliação remeter para o início da aplicação da medida, sem ter havido tempo para qualquer intervenção com os jovens, ou seja, os jovens cotavam como fator de proteção o acompanhamento da DGRSP, contudo como ainda não tinham sido alvo de intervenção face às suas necessidades criminógenas, continuavam a pontuar nos fatores de risco.

Análise da relação das classificações das subescalas do Asset e dos fatores do SAPROF.

Identificou-se diversas relações estatisticamente significativas entre as subescalas do Asset e os fatores do SAPROF. Sendo possível afirmar, com base nos resultados, que à medida que se verifica um aumento dos fatores de proteção, dá-se uma diminuição dos fatores de risco e quando aumentam os fatores de risco verificasse uma diminuição dos fatores de proteção. Neste sentido Hart e colaboradores (2007) verificaram que os jovens que possuíam muitos fatores de risco e pouco fatores protetivos estavam em risco de comportamentos violentos e delinquentes. Wong e colaboradores (2010) demonstraram ainda que independentemente do sexo, quanto a mais fatores de risco o jovem for exposto, maior é a sua probabilidade em delinquir.

Análise dos níveis de risco do Asset e do YLS.

A análise da comparação dos níveis de risco do Asset e do YLS, identificou uma associação estatisticamente significativa, o que nos demonstra que os 2 (dois) instrumentos tendem a medir de forma semelhante os constructos da avaliação de risco de comportamentos delinquentes. Quanto às discrepâncias, podemos enunciar que o nível moderado e alto foram aqueles que apresentaram maiores discrepâncias, sendo que tal pode dever-se a particularidades dos casos e/ou ao facto de ter sido cotado por diferentes técnicos e consequentemente terem cotado de forma diferente.

Correlação entre as classificações totais do Asset e do SAPROF e o incumprimento durante o período de follow-up.

A correlação estatisticamente significativa entre as classificações dos instrumentos Asset e SAPROF indica que ambos os instrumentos possuem uma boa validade preditiva para os incumprimentos.

Correlação entre as classificações totais do Asset e do SAPROF e o comportamento antissocial durante o período de follow-up.

A análise entre as classificações totais do Asset e do SAPROF e o comportamento antissocial e/ou desviante demonstrou correlações estatisticamente significativas, indicando-nos assim que o Asset e o SAPROF demonstram uma boa validade preditiva no que concerne à avaliação do comportamento antissocial e/ou desviante.

Validade Preditiva.

Comparação de médias entre a pontuação total do Asset e a pontuação total do SAPROF e a variável ter demonstrado incumprimento da medida em vigor durante o período de follow-up.

Através da comparação da pontuação do total do Asset, e da pontuação total do SAPROF com a variável ter demonstrado incumprimento da medida em vigor, verificou-se que os jovens que incumpriram a medida tutelar educativa em vigor apresentaram classificações altas no instrumento Asset, ou seja, um nível superior de fatores risco. Por sua vez, os jovens que não incumpriram a medida apresentaram resultados superiores no SAPROF, isto é, apresentaram um nível superior de fatores de proteção. Estes resultados vão ao encontro que era esperado uma vez que é inteligível que quem não cumpra as medidas apresente fatores de risco. No mesmo sentido que quem cumpra as medidas apresente fatores de proteção.

Comparação de médias da pontuação total do Asset e do SAPROF segundo a variável ter demonstrado comportamento antissocial e/ou desviante no período de follow-up.

Da análise entre a pontuação total do Asset e a pontuação total do SAPROF e a variável demonstrar comportamento antissocial ou desviante verificou-se resultados estatisticamente significativos. O que nos indica que os jovens que demonstraram comportamento antissocial ou desviante durante o decorrer da medida demonstram possuir uma pontuação no instrumento Asset (fatores de risco) superior aos que não demonstram tais comportamentos. No mesmo sentido, os jovens que demonstraram comportamento antissocial ou desviante obtiveram classificações baixas no instrumento SAPROF. Considerando que a probabilidade de reincidência está associada à presença de fatores de

risco e que a diminuição de risco de reincidência está associada a um nível de risco baixo ou a um nível de proteção considerável era espectável que os jovens que apresentassem comportamento antissocial seriam aqueles que possuísem um maior nível de risco, tal como aqueles que não demonstrassem comportamentos antissociais ou desviantes fossem aqueles que possuísem mais fatores de proteção.

Análise da validade preditiva dos resultados do Asset e SAPROF para o incumprimento e comportamento antissocial e/ou desviante no período de follow-up.

As análises da validade preditiva do Asset e do SAPROF com as variáveis incumprimento e comportamento antissocial e/ou desviante demonstraram possuir resultados moderados, mostrando-se assim como potenciais instrumentos. Estes resultados foram ao encontro dos dados encontrados por outros investigadores, mais especificamente Baker e colaboradores (2003, 2005), que revelaram que Asset num *follow-up* de 12 meses demonstrou uma área abaixo da curva de 0.72 (AUC) e tal como De Vries Robbé e colaboradores (2011) que no seu estudo de *follow-up* de 1 (um) ano (AUC = 0.85) e de 2 (dois) anos (AUC = 0.80) e 3 (três) anos (AUC = 0.74) apresentaram bons resultados de validade preditiva com a versão original para adultos do SAPROF.

Importa referir que os resultados da presente investigação foram analisados tendo por base um tempo de *follow-up* de 0 (zero) a 17 (dezassete) meses, com uma média de 5 (cinco) meses, devendo assim os resultados serem interpretados com cautela.

Conclusão

Os resultados obtidos na presente investigação permitiram traçar as características do jovens acompanhados no âmbito tutelar educativo em cumprimento de medidas na comunidade. Estes dados permitiram obter uma melhor compreensão do comportamento delinquente destes jovens, tendo por base a análise dos múltiplos fatores de risco, potencialmente preditivos da reincidência do comportamento delinquente.

Os jovens deste estudo apresentam em média um risco moderado de reincidência de comportamentos delinquentes, sendo a subescala pensamento e comportamento com a pontuação mais elevada. Relativamente aos fatores de proteção os jovens apresentaram um risco de proteção baixo, sendo que as áreas de proteção onde se verificou com média mais elevada foram as atitudes face à autoridade e as circunstâncias de vida.

Quanto ao risco de dano grave, verificou-se que 63 (sessenta e três) jovens apresentaram indícios que levaram à cotação do formulário risco de dano grave, desses jovens a maioria apresentou risco baixo, contudo cerca de ¼ apresentaram um risco elevado de provocar danos graves em outras pessoas.

No que concerne aos objetivos do estudo, foram identificados 2 (dois) resultados estatisticamente significativos da comparação com os fatores de risco e proteção. O primeiro resultado foi encontrado na análise do nível de risco de provocar dano grave em outros e o sexo dos jovens, tendo-se verificado que os jovens apresentaram uma média superior às jovens. O segundo resultado remete para a comparação dos s fatores de risco e proteção entre as medidas tutelares educativas, mais concretamente entre a subescala saúde mental do Asset, sendo que a variável da medida que apresentou uma média superior foi a que concentrava em si 3 (três) medidas: imposição de regras de conduta, imposição de obrigações e frequência de programas formativos.

Importa referir que a presente investigação demonstrou outros resultados significativos, nomeadamente, correlações negativas entre os fatores de risco (estáticos e dinâmicos) e os fatores de proteção. Estas correlações negativas permitiram identificar que à medida que os jovens cotavam no instrumento de avaliação de risco, tendiam a cotar baixo no instrumento referente aos fatores de proteção. Nestes resultados, foram ainda obtidas correlações positivas entre o fator de proteção presença de acompanhamento profissional e diversos fatores de risco. Tal como mencionado anteriormente estes

resultados podem ser explicados pelo facto da avaliação remeter para o início da aplicação da medida, sem ter existido qualquer intervenção com os jovens.

Quanto à validade concorrente do Asset, com base nos resultados do presente estudo podemos inferir que o Asset apresenta uma correlação moderada quando comparado as suas pontuações com as do YLS/CMI e diversas correlações com o SAPROF, o que nos indica que o Asset possui boas capacidades na avaliação dos fatores de risco preditivos da reincidência. Quanto aos níveis de risco verificou-se bastantes conexões entre os mesmos (baixo-baixo; moderado-moderado), contudo encontraram-se algumas discrepâncias que podem ser justificadas pelo facto de terem sido diferentes técnicos a cotar e consequentemente terem cotado de forma diferente, por diversos motivos (e.g. alguma informação que se perdeu).

Relativamente à validade preditiva as análises elaboradas refletem bons resultados tanto para o Asset como para o SAPROF. Assim podemos concluir que ambos se apresentam como instrumentos com potencialidade na predição da reincidência. Contudo, estes resultados devem ser interpretados com cautela, pois tal como supra indicado, uma vez que as análises tiverem por base a evidência de comportamentos antissociais e/ou desviantes, bem como indicadores de incumprimento durante o período de *follow-up* (não tendo contemplado a existência de novas medidas sentenciadas). Embora os resultados das análises de validade sejam indicadores espelham as boas propriedades psicométricas do Asset e do SAPROF.

Considerando a globalidade da investigação é relevante referir que estudos sobre a caracterização da população juvenil são muito importantes, tal como indica Pimentel (2011), quando refere que os estudos relativos à identificação das características dos jovens delinquentes que estão associadas à reincidência devem ser sistemáticos, uma vez que podem conduzir a programas de prevenção e intervenção mais adequados. Um conhecimento nesta área contribui assim para o conhecimento dos autores e tipo de crime praticado, o que consequentemente permite elaborar/reformular/adaptar as medidas por forma a prevenir e intervir numa área que se torna cada vez mais emergente.

Quanto à utilização do Asset, é importante mencionar que este instrumento possibilita a recolha de inúmeras informações quantitativas e qualitativas, o que permite além de fazer um levantamento das necessidades criminógenas do jovem, permite perceber

o tipo de comportamento delinquente passado e presente e com esses dados elaborar um plano de intervenção individual. Além da informação relacionada com as necessidades criminógenas este instrumento permite ainda fazer um levantamento dos fatores de proteção, indicadores de vulnerabilidade e indicadores de cometimento de dano grave a outros. O Asset demonstrou assim ser um bom instrumento a utilizar em contexto de avaliação e intervenção, isto é, em contexto de acompanhamento dos jovens. Em primeiro lugar porque permite uma recolha exaustiva de informação quantitativa e mensurável, que facilita na descrição, apresentação e comunicação da situação dos jovens para outros profissionais que não da área da Psicologia. Em segundo lugar, porque permite armazenar inúmeras informações importantes, através da sua possibilidade de recolha *standardizada* de informação qualitativa.

Da mesma forma que o Asset o SAPROF permite-nos também obter informação quantitativa e tal como já mencionado, facilita o processo de comunicação da informação quando existe necessidade de transmitir que fatores de proteção o jovem possui. Mas este instrumento permite-nos ainda avaliar tendo por base um juízo profissional estruturado (SPJ), que embora não apresente pontos de corte, indica o nível de proteção dando mais importância à interpretação e integração dos fatores que estão presentes.

Relativamente às limitações da presente investigação podemos referir algumas relacionadas com o procedimento: da leitura processual podem ter ficado em falta algumas informações; o facto de ser um estudo retrospectivo, que consequentemente conduziu a um reposicionamento no tempo e isso pode ter originado a perda de informação, a artificialidade da situação; a ausência do acesso direto aos jovens que permitiria uma recolha direta da informação e diminuía a possibilidade da perda de informação; recolha de informação de forma indireta: a discussão dos casos com as técnicas responsáveis, poderá de forma inconsciente, ter levado a alguma omissão de informações; o *follow-up* ser reduzido e retrospectivo, haver poucas ocorrências de novos delitos “formais”

Da ausência de resultados estatisticamente significativos quanto aos objetivos propostos podemos indicar que estes podem ter sido influenciados pelo número de participantes do estudo. Mais especificamente devido ao número geral de participantes e principalmente devido aos participantes do sexo feminino serem diminutos. Contudo deve ficar a ressalva de que a proporção a nível nacional das jovens é menor quando comparada

com os jovens delinquentes. Por outro lado, a subdivisão dos participantes em categorias (violentos e não violentos) poderá ter tornado o número dos participantes dos subgrupos diminuto, o que consequentemente poderá também ter influenciado os resultados.

Para estudos futuros sugere-se a replicação da presente investigação, aumentado o número de participantes e utilização do Asset em estudos longitudinais prospetivos (evitando o estudo retrospectivo e recolhendo dados relativamente ao presente) com recurso a entrevistas aos jovens e posteriormente um estudo de *follow-up* para confirmar os dados da validade preditiva. Sugere-se ainda investigação futura com jovens não delinquentes e jovens delinquentes violentos e não violentos, por forma a verificar os que os distingue. Seria também interessante comparar os jovens delinquentes com medidas na comunidade e jovens com medidas privativas da liberdade, a fim de caracterizar melhor a população delincente portuguesa.

Referências

- Almond, T. (2012). Asset: An assessment tool that safeguards or stigmatizes young offenders? *Probation Journal*, 59(2), 138–150. doi:10.1177/0264550512438255
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Hoge, R. D. (1990). Classification for effective rehabilitation: Rediscovering psychology. *Criminal Justice and Behavior*, 17, 19-52.
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Wormith, J. S. (2011). The Risk-Need-Responsivity (RNR) Model: Does Adding the Good Lives Model Contribute to Effective Crime Prevention? *Criminal Justice and Behavior*, 38(7), 735–755. doi:10.1177/0093854811406356
- Andrews, D., Bonta, J., & Wormith, J. (2006). The Recent Past and Near Future of Risk and/or Need Assessment. *Crime & Delinquency*, 52(1), 7–27. doi:10.1177/0011128705281756
- Augimeri, L., Webster, C., Koegl, C., & Levene, K. (2001). Early Assessment Risk List for Boys: EARL-20B, Version 2. Toronto: Earls court Child and Family Centre.
- Baker, K. Jones, S. Roberts C. & Merrington, S. (2003). *The evaluation of the validity and reliability of the youth justice board's assessment for young offenders. Findings from the first two years of the use of Asset*. Oxford, UK: Centre for Criminological Research
- Baker, K., Jones, S, Merrington, S. & Roberts, C. (2005). *Further Development of Asset*. Youth Justice Board for England and Wales.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4(XX), 637-645.
- Bonta, J. (2002). Offender Risk Assessment: Guidelines for Selection and Use. *Criminal Justice and Behavior*, 29(4), 355–379. doi:10.1177/0093854802029004002
- Bonta, J., & Andrews, D. (2007). *Risk-need-responsivity model for offender assessment and rehabilitation*. Public Safety Canada.
- Brazão, C., Cunha, M., & Mesquita, P. (2009). Intervenção tutelar educativa e abordagem multissistêmica. Contributos da prática. Ousar integrar - revista de reinserção social e prova, 3, pp. 97-106.

- Catchpole, R., & Gretton, H. (2003). The Predictive validity of risk assessment with violent young offenders: A 1-year examination of criminal outcome. *Criminal Justice and Behavior*, 30(6), 688–708. doi:10.1177/0093854803256455
- de Vogel, V., de Ruiter, C., Bouman, Y., & de Vries Robbé, M. (2011). *SAPROF: Manual para a avaliação de fatores de proteção para o risco de violência* (Neves, C. e Soeiro, C., Trad.). Utrecht, The Netherlands: Forum Educatief.(obra original publicada em 2007).
- De Vries Robbé, M., de Vogel, V., & de Spa, E. (2011). Protective Factors for Violence Risk in Forensic Psychiatric Patients: A Retrospective Validation Study of the SAPROF. *International Journal of Forensic Mental Health*, 10(3), 178–186. doi:10.1080/14999013.2011.600232
- DGRS – MJ, Direção Geral de Reinserção Social – Ministério da Justiça (2006). Justiça de crianças e jovens. Retirado a 06 de outubro de 2013, de: <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/juvenil>
- Dias, J., & Andrade, M. (1997) *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra editora: Coimbra.
- Douglas, K. S., & Kropp, P. R. (2002). A Prevention-Based Paradigm for Violence Risk Assessment: Clinical and Research Applications. *Criminal Justice and Behavior*, 29(5), 617–658. doi:10.1177/009385402236735
- Douglas, K. S., Eaves, D., & Hart, S. D. (1997). HCR-20: Assessing Risk for Violence (Version 2). Burnaby, BC, Canada: Mental Health, Law, and Policy Institute, Simon Fraser University.
- Douglas, K.S. & Lavoie, J. (2006). Avaliação e gestão do risco de violência: modelos de utilização e princípios orientadores. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. Taborda-Simões & M.S. Pinho (Eds.), *Psicologia Forense* (pp. 203-226). Coimbra: Almedina.
- Fagan, A., Van Horn, M. L., Hawkins, J. D., & Arthur, M. W. (2007). Gender similarities and differences in the association between risk and protective factors and self-reported serious delinquency. *Prevention science: the official journal of the Society for prevention research*, 8(2), 115–24. doi:10.1007/s11121-006-0062-1

- Farrington, D. (1998). Desenvolvimento do comportamento antissocial e ofensivo desde a infância até a idade adulta. *Temas Penitenciarios*, 2(1), 7-16.
- Farrington, D. (2006). Developmental criminology and risk-focused prevention. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford handbook of criminology* (pp. 657–701). Oxford University Press.
- Farrington, D. (2000). *Explaining and preventing crime: The globalization of knowledge—The American Society of Criminology 1999 presidential address. Criminology*, 38, 1-24.
- Farrington, D., & Loeber, R. (2000). Epidemiology of juvenile violence. *Juvenile violence*, 9(4), 733–748.
- Formiga, N., Aguiar, M. & Omar, A. (2008) Busca de sensação e condutas antissociais e delitivas em jovens. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 28 (4), p. 668-681.
- Gómez, Genovés & Cieza (2010). Reincidência de jovens infratores na comunidade de Madrid. *Ousar Integrar*, 6, 9-28.
- Gonçalves, R. (2007). Promover a mudança em personalidades antissociais: Punir, tratar e controlar *Análise Psicológica*, 4(XXV), 571-583.
- Gonçalves, R. (2008) *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Green, A. E., Gesten, E. L., Greenwald, M. A., & Salcedo, O. (2008). Predicting delinquency in a longitudinal analysis of early risk factors. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 6(4), 323–342. doi:10.1177/1541204008320261
- Guerra, R. R. (2009). Avaliação e gestão de risco de agressores violentos Evolução do conceito. *Ousar integrar - revista de reinserção social e prova*, (3), 1–10.
- Hanson, R. K. (2005). Twenty years of progress in violence risk assessment. *Journal of interpersonal violence*, 20(2), 212–7. doi:10.1177/0886260504267740
- Hare, R.D. (1990). *The Hare Psychopathy Checklist–Revised*. Toronto: Multi-Health Systems.
- Hart, J. L., O’Toole, S. K., Price-Sharps, J. L., & Shaffer, T. W. (2007). The risk and protective factors of violent juvenile offending: An examination of gender differences. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 5(4), 367–384. doi:10.1177/1541204006297367

- Hart, S. D. (1998). The role of psychopathy in assessing risk for violence: conceptual and methodological issues. *Legal and Criminological Psychology*, 3, 121-137.
- Hawkins, S. R., Graham, P. W., Williams, J., & Zahn, M. A. (2009). Girls Study Group: Understanding and Responding to Girls' Delinquency. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention (OJJDP)*, 1-13. Retirado a outubro de 2013 de: <http://askjj.ncjrs.gov>
- Hirschi, T., & Gottfredson, M. (1988). Towards a general theory of crime. In Buikhuisen, W., & Mednick, S. A. (Eds.), *Explaining Criminal Behaviour* (pp. 8-26). Netherlands: E.J. Brill.
- Hoge, R. D. (1999). An Expanded Role for Psychological Assessments in Juvenile Justice Systems. *Criminal Justice and Behavior*, 26(2), 251-266.
doi:10.1177/0093854899026002006
- Hoge, R. D. (2002). Standardized Instruments for Assessing Risk and Need in Youthful Offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 29(4), 380-396.
doi:10.1177/009385480202900403
- Hoge, R. D., & Andrews, D. A. (2002). *The Youth Level of Service/Case Management Inventory manual and scoring key*. Toronto, Canada: Multi-Health Systems
- Kazdin, A. E., Kraemer, H. C., Kessler, R. C., Kupfer, D. J., & Offord, D. R. (1997). Contributions of risk-factor research to developmental psychopathology. *Clinical psychology review*, 17(4), 375-406. Retirado de: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9199858>
- Lei n.º 166/99, de 14 de setembro. Lei Tutelar Educativa.
- Levene, K.S., Augimeri, L.K., Pepler, D.J., Walsh, M.M., Koegl, C.J., Webster C.D. (2001). Early assessment risk list for girls: EARL-21G, Version 1, Consultation Edition. Toronto, ON: Earls Court Child and Family Centre
- Loeber, R., & Farrington, D. (1998). Never too early, never too late: risk factors and successful interventions for serious and violent offenders. (Vol. 7). Oslo: Scandinavian University Press.
- Loeber, R., & Farrington, D.P. 2000. *Child Delinquents: Development, Intervention, and Service Needs*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.

- Loeber, R., Farrington, D.P., & Petechuk, D. (2003). Child Delinquency: Intervention and Prevention. OJJDP Juvenile Justice Bulletin may. Washington DC: U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention
- Manso, A. & Almeida, A. T. (2009). Um discurso a duas vozes: Potencialidades de um estudo interpretativo sobre lei e institucionalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22 (3), 455-465.
- McGarrell, E. (2001) Restorative Justice Conferences as an Early Response to Young Offenders. OJJDP Juvenile Justice Bulletin August. Washington DC, US Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, (100), 674–701.
- Mulder, E., Brand, E., Bullens, R., & Van Marle, H. (2011). Risk factors for overall recidivism and severity of recidivism in serious juvenile offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(1), 118–35. doi:10.1177/0306624X09356683.
- Murray, J., & Farrington, D. P. (2010). Risk Factors for Conduct Disorder and Delinquency: Key Findings From Longitudinal Studies. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 55(10).
- Neves, C. & Soeiro, C. (2012). Lançamento da versão portuguesa do SAPROF: um instrumento para avaliar os fatores de proteção. Comunicação apresentada no Simpósio Internacional, Fatores de risco e de proteção na avaliação e gestão do comportamento criminal. Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Monte da Caparica.
- O'Mahony, P. (2009). The risk factors prevention paradigm and the causes of youth crime: A deceptively useful analysis? *Youth Justice*, 9(2), 99–114. doi:10.1177/1473225409105490
- Olver, M. E., Stockdale, K. C., & Wormith, J. S. (2009). Risk assessment with young offenders: a meta-analysis of three assessment measures. *Criminal Justice and Behavior*, 36(4), 329–353. doi:10.1177/0093854809331457

- Pepe, M., Janes, H., Longton, G., Leisenring, W. & Newcomb, P. (2004). Limitations of the odds ratio in gauging the performance of a diagnostic, prognostic, or screening marker. *American Journal of Epidemiology*, 159, 882-890. Doi: 10.1093/aje/kwh101. Retirado de: <http://aje.oxfordjournals.org/content/159/9/882.full.pdf+html>
- Pimentel, A. (2011). Avaliação do percurso dos jovens após a cessão da medida tutelar de internamento: follow-up 2006-2008. *Ousar integrar - revista de reinserção social e prova*, 9, pp. 71-81.
- Santos, B. (2004). Os caminhos difíceis da “nova” justiça tutelar educativa. Uma avaliação de dois anos de aplicação da lei tutelar. *Observatório permanente da justiça portuguesa*. Universidade de Coimbra.
- Schmidt, F., Hoge, D. R., & Gomes, L. (2005). Reliability and Validity Analyses of the Youth Level of Service/Case Management Inventory. *Criminal Justice and Behavior*, 32(3), 329–344. doi:10.1177/0093854804274373
- Siegel, L. (2011). *Criminology, eleventh edition*. USA: Wadsworth, Cengage Learning
- Singh, J. P., & Fazel, S. (2010). Forensic Risk Assessment: A Metareview. *Criminal Justice and Behavior*, 37(9), 965–988. doi:10.1177/0093854810374274
- Retirado de: <http://aje.oxfordjournals.org/content/159/9/882.full.pdf+html>
- Torres, R. (2010). Que educação para o direito? Da lei tutelar educativa à intervenção educativa com delinquentes juvenis. *Ousar integrar - revista de reinserção social e prova*, 7, 35-48.
- Tremblay, R. (2000) The Development of aggressive behaviour during childhood: What have we learned in the past century? *International Journal of Behavioral Development*, 24 (2), 129-141.
- Vincent, G. M., Chapman, J., & Cook, N. E. (2010). Risk-needs assessment in juvenile justice: predictive validity of the SAVRY, racial differences, and the contribution of needs factors. *Criminal Justice and Behavior*, 38(1), 42–62. doi:10.1177/0093854810386000

- Whitney, S. D., Renner, L., & Herrenkohl, T. I. (2010). Gender differences in risk and promotive classifications: associated with adolescent delinquency. *Journal of Genetic Psychology*, 171(2), 116–138. doi:10.1007/s11121-006-0062-1
- Whyte, B. (2004). Effectiveness, Research and Youth Justice. *Youth Justice*, 4(1), 3–21. doi:10.1177/147322540400400102
- Wilson, E., & Hinks, S. (2011). *Assessing the predictive validity of the Asset youth risk assessment tool using the Juvenile Cohort Study (JCS) - December 2011* Ministry of Justice Research Series 10/11. (pp. 1–68). Retirado em 2013 de: www.justice.gov.uk
- Wong, T. M. L., Loeber, R., Slotboom, A.-M., Bijleveld, C. C. J. H., Hipwell, A. E., Stepp, S. D., & Koot. (2010). Risk factors for delinquency in adolescent and young adult females: A European review. *European Journal of Criminology*, 7(4), 266–284. doi:10.1177/1477370810363374
- YJB (2005). Risk and protective factors. London: Youth Justice Board

Anexos

Anexo A - Grelhas de registo

FOLHA DE DOSSIER

DOSSIER

MEDIDA: _____

ESTADO DA MEDIDA: _____

NIC: _____

DESCRIÇÃO DO PROCESSO:

NÚMERO	DATA	CRIME	FACTOS	DECISÃO
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

FONTE DE INFORMAÇÃO	INFORMAÇÃO
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

FOLHA DE OCORRÊNCIAS POSTERIORES

DOSSIER

MEDIDA: _____

ESTADO DA MEDIDA: _____

NIC: _____

DESCRIÇÃO:

Surgimento de um novo processo

-
-
-
-
-

Conhecimento da prática de algum crime

-
-
-
-
-

Incumprimento da medida (e.g. não aparece nas sessões marcadas)

-
-
-
-
-

YLS – Resultados

1	5	
2	6	Total:
3	7	Risco alterado:
4	8	

Anexo B – Itens e critérios de cotação do SAPROF adaptados

Supervisão parental

Explicação

A supervisão parental é apontada por diversos autores como um fator de proteção face à delinquência e a outros comportamentos de risco nos adolescentes. Por exemplo, Crosnoe, Erickson e Dornbusch (2002) demonstraram que jovens com níveis de supervisão parental mais elevados, com relações positivas com os progenitores e professores e com uma relação de compromisso com escola tendem a exibir menos problemas de comportamento, na medida em que estão mais protegidos face a grupos de pares desviantes e consequentemente ao envolvimento em práticas transgressivas.

Os níveis de supervisão parental parecem também distinguir delinquentes e não delinquentes. Alboukordi, Mohammad Nazari, Nouri e Sangdeh (2012) verificam que os jovens delinquentes estão sujeitos a baixos níveis de supervisão parental, bem como apresentam uma afiliação a pares delinquentes significativamente superior. No mesmo sentido, Orpinas, Nancy e Kelder (1999) constataram que os jovens com níveis elevados de agressividade e que se envolviam em atos de violência tinham uma fraca supervisão parental.

Resultados como estes parecem indicar que a probabilidade de um jovem se envolver em condutas violentas aumenta à medida que os níveis de supervisão parental a que está sujeito diminuem.

Cotação

2	Supervisão consistente do jovem e das suas atividades.
1	Supervisão moderadamente consistente do jovem e das suas atividades.
0	Supervisão fraca e/ou inconsistente do jovem e das suas atividades.
X	Não há informação suficiente para cotar.

Para cotar este item é necessário ter em conta se os cuidadores mantêm um contato frequente com o jovem e se acompanham as suas atividades diárias. Se os cuidadores mantiverem uma supervisão próxima e consistente das atividades diárias do jovem, exercendo sobre o mesmo um ascendente contentor e transmissor de regras pró-sociais, a cotação deve ser 2. Se os cuidadores mantiverem uma supervisão menos próxima, mas com o mesmo caráter contentor e transmissor de regras, deve ser cotado como 1. Caso os cuidadores não tenham conhecimento das atividades diárias e não acompanhem o jovem ou, ainda que o façam, não conseguem exercer controlo sobre o mesmo, deve ser cotado como 0.

Quando o SAPROF é aplicado em jovens que estão em contexto institucional (e onde se prevê que permaneçam no período para o qual se destina a avaliação), deve ter-se em conta a supervisão por parte dos cuidadores institucionais.

Escola

Explicação

A formação escolar desempenha um papel protetor, na medida em que influencia o jovem no seu processo de aprendizagem, permitindo que este adquira qualificações para um futuro emprego, bem como normas do comportamento, tais como a assiduidade, a disciplina e o respeito pelos outros. Efetivamente, foi identificado no estudo de Holden e Lloyd (2004) que os jovens que se tendem a envolver na educação e formação são menos propensos a cometer agressões, sendo para tal, particularmente importante o sucesso na literacia e numeracia. Payne, Gottfredson, e Gottfredson (2003), revelaram que os estudantes que estão bem integrados na escola, onde têm relações positivas, investem nos estudos, estão envolvidos em atividades escolares e que respeitam as regras escolares, são menos propensos a ter condutas desviantes.

Em algumas investigações, os fatores escolares têm-se mesmo demonstrado mais protetivos entre os rapazes e raparigas do que os fatores familiares, mostrando uma associação significativamente baixa com a delinquência (Crosnoe et al., 2002).

Pelo contrário, nas escolas com problemáticas de comportamento delincente, tem-se verificado que os jovens exibem com um baixo compromisso com a escola, regras pouco claras e aplicadas de forma inconsistente e relações de desconfiança entre alunos e professores (Holden, & Lloyd, 2004).

Assim, as escolas podem ter uma boa influência se optarem por uma ética escolar positiva, uma liderança clara e forte e uma gestão eficaz. As escolas eficazes proporcionam aos seus alunos um sentimento de realização, independentemente das suas capacidades, incentivam o compromisso e a participação em todas as atividades, integram todos os alunos em todas as experiências, estabelecem regras claras e promovem boas relações entre os alunos e seus professores. Ao contrário, as escolas ineficazes tendem a categorizar os alunos que têm comportamentos desviantes e tendem a transferir a responsabilidade pelo seu comportamento e bem-estar a outros órgãos ou instituições (Holden & Lloyd, 2004).

Cotação:

2	Situação escolar estável e envolvimento positivo.
1	Situação escolar estável e envolvimento positivo até certo ponto.
0	Ausência de situação escolar estável e/ou envolvimento positivo.
X	Não há informação suficiente para cotar este item.

Se o jovem está em idade de frequência escolar obrigatória e não frequenta a escola deve ser cotado como 0. Se o jovem frequenta a escola, mas não mostra envolvimento escolar (e.g., absentismo, fraco aproveitamento, comportamentos antissociais em meio escolar), deve também ser cotado 0.

Uma situação escolar estável, que contribui para uma estrutura diária regular e face à qual o jovem revela um nível razoável de compromisso, deve cotada com 1. Se, além do exposto, o jovem possui um bom aproveitamento, um vínculo escolar consistente, comportamentos adequados e valoriza o seu percurso académico, deve cotar-se 2. A assiduidade, o cumprimento dos prazos escolares e o respeito pela comunidade escolar (ex.: funcionários, professores e colegas) são indicadores de uma situação escolar estável com envolvimento positivo.

Atitudes

Explicação

A literatura relacionada com as atitudes pró-sociais é escassa. Num estudo foi encontrado que o grupo de não delinquentes e delinquentes violentos apresentou diferenças significativas no que concerne às atitudes desfavoráveis à violência, tendo assim os primeiros apresentado uma pontuação alta comparativamente aos segundos (Hart, O'Toole, Price-Sharps, & Shaffer, 2007).

No mesmo sentido, há programas de intervenção dirigidos à promoção de atitudes pró-sociais que se têm demonstrado promissoras no combate à reincidência. Caldwell, Skeem, Salekin, e Van Rybroek (2006) compararam dois programas de intervenção destinados a jovens delinquentes com níveis altos de traços de psicopatia. Ambos eram baseados na perspetiva cognitiva comportamental, mas um deles (programa padrão) utilizava uma filosofia tradicional de sancionamento e responsabilização, enquanto o outro (programa especializado), para além de ser mais intensivo, procurava enfraquecer o antagonismo entre o delinquente e as instituições sociais e preocupava-se em promover sentimentos pró-sociais. A combinação dos fatores utilizados no programa de tratamento especializado resultou numa redução

significativa da frequência e da gravidade da reincidência violenta, bem como do tempo decorrido até à reincidência.

Ainda ao nível dos programas de intervenção, o Departamento Penitenciário da Nova Zelândia revela que o envolvimento de longo prazo em redes sociais de natureza não criminal e pró-social (por exemplo, como ser um membro da igreja), tende a ser crucial na manutenção da mudança e na diminuição da reincidência (Department of Corrections, 2009).

Cotação

2	Atitudes pró sociais presentes.
1	Atitudes pró sociais presentes até certo ponto.
0	Ausência de atitudes pró sociais.
X	Não existe informação suficiente para cotar este item.

Deve cotar-se 2 quando se verifica que o jovem possui crenças e pensamentos que consistentemente o levam a comportar-se e/ou reagir de forma convencional (i.e., de acordo com as normas e padrões sociais vigentes, em relação a outras pessoas, objetos ou situações específicas. Pode cotar-se com 1 quando estas atitudes estão presentes até certo ponto, isto é, quando estão presentes apenas em algumas áreas ou apenas em determinadas situações. Quando o jovem não possui atitudes pró-sociais ou mostra atitudes antissociais deve cotar-se com 0.

Referências

- Alboukordi, S., Mohammad Nazari, A., Nouri, R. & Sangdeh, J. (2012). Predictive Factors for Juvenile Delinquency: The Role of Family Structure, Parental Monitoring and Delinquent Peers. *International Journal of Criminology and Sociological Theory*, 5 (1), 770-777.
- Caldwell, M., Skeem, J., Salekin, R., & Van Rybroek, G. (2006). Treatment response of adolescent offenders with psychopathy features: A 2-year follow-up. *Criminal Justice and Behavior*, 33 (5), 571-596.
- Crosnoe, R., Erickson, K.G., Dornbusch, S.M. (2002). Protective functions of family relationships and school factors on the deviant behavior of adolescent boys and girls. Reducing the impact of risky friendships. *Youth and Society*, 33, 515-44. DOI: 10.1177/0044118X02033004002.
- Department of Corrections (2009). What Works Now? A review and update of research evidence relevant to offender rehabilitation practices within the Department of

Corrections. Strategy, Policy and Planning. New Zealand. Retirado de
<http://www.corrections.govt.nz/resources.html>.

Hart, J. L., O'Toole, S. K., Price-Sharps, J. L., & Shaffer, T. W. (2007). The Risk and Protective Factors of Violent Juvenile Offending: An Examination of Gender Differences. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 5(4), 367–384.
DOI:10.1177/1541204006297367.

Holden, T. and Lloyd, R. (2004). *The role of education in enhancing life chances and preventing offending*. Home Office Development and Practice Report 19, Home Office, London.

Orpinas, P, Murray, N., & Kelder, S. (1999). Parental Influences on Students' Aggressive Behaviors and Weapon Carrying. *Health Education and Behaviour*, 26. DOI: 10.1177/109019819902600603.

Payne, A. A. N. N., Gottfredson, D. C., & Gottfredson, G. D. (2003). Schools as communities: the relationships among communal school organization, student bonding, and school disorder. *Criminology*, 41 (3). DOI:10.1111_j.1745-9125.2003.tb01003.x.

English version

Parental Supervision

Rational

Parental supervision is pointed by many authors as a protective fator toward delinquency and other adolescent risk behaviors. For example, Crosnoe, Erickson and Dornbusch (2002) show that young people with high levels of parental supervision, with positive relationships with parents and teachers and engaged in school, tend to show less behavioral problems, because they are more protected toward deviant peers and consequently, from involvement in offending practices.

The level of parental supervision seems to distinguish delinquents and non-delinquents. Alboukordi, Mohammad Nazari, Nouri and Sangdeh (2012) verified that delinquents are subject to a significantly lower level of parental supervision and show more affiliation to delinquent peers. Similarly, Orpinas, Nancy and Kelder (1999) detected that young people with high levels of aggressiveness and with a history of violence acts had low parental supervision.

Such results seem to indicate that the probability of a young person engaging in violent behaviors increases as parental supervision decreases.

Score

2	Consistent supervision of the young person and his activities.
1	Moderate and consistent supervision of the young person and his activities.
0	Poor and/or inconsistent supervision of the young person and his activities.
X	There is insufficient information to score this item.

To score this item it is necessary to verify if the parents/caregivers have frequent contact with the youngster and if they follow his daily activities. If the parents/caregivers have a consistent and close supervision of the daily activities of the young person, if the supervision is strict and inductive of prosocial rules, score 2. If the parents/caregivers maintain a less close supervision, but if there is strict supervision that induces prosocial rules, score 1. If the parents/caregivers do not follow the youngster, if they do not have knowledge of his daily activities, or if even if so, they do not have control over the young person, score 0.

When the SAPROF is applied with institutionalized young people (and when is expected that the youth will remain institutionalized on the period for which the assessment is referred to), the supervision of the institutional caregivers should be taken into account.

School

Rational

School training acts as a protective factor, because it influences the youth process of learning, enabling the acquisition of qualifications for a future employment and norms of behavior, such as assiduity, discipline and respect. According to the study of Holden and Lloyd (2004), youths who engage in education and training were less likely to perpetrate assaults and the success in literacy and numeracy seems to be especially important for such outcome. Payne, Gottfredson, e Gottfredson (2003), showed that students who are well integrated in school, who have positive relationships, who invest in their studies, who engage in school activities and respect the school rules, were less likely to engage in deviant conducts.

Some research demonstrates that school factors have a more protective effect in boys and girls than family factors. School factors have a significantly low association with delinquency (Crosnoe et al., 2002).

In contrast, in schools with problems behavior, it was verified that young people show a low school engagement, rules are applied inconsistently and unclearly and they show distrust in relationships with professors and other students (Holden, & Lloyd, 2004).

Therefore, schools can have a good influence if they chose a positive and ethical education, a clear leadership and a strong and effective management. Efficient schools provide our students a feeling of achievement, independent of their capabilities, encourage the engagement and participation in all activities, integrate all students in all experiences, establish clear rules and promote good relationships between students and their teachers. Inefficient schools categorize the students that have deviant behaviors and tend to transfer responsibility for their behavior and well-being to other institutions (Holden & Lloyd, 2004).

Score

2	Stable school situation and positive engagement.
1	Stable school situation and positive engagement to a certain extent.
0	Absence of a stable school situation and/or positive engagement.
X	There is insufficient information to score this item.

If the young person is in compulsory school age and does not go to school, score 0. If the young person goes to school, but does not show engagement with school (e.g. truancy, low performance, antisocial behavior in school), score 0.

A stable school situation, that contributes to a regular structured daily routine in which the young person shows a reasonable level of engagement, score 1. In addition to the above, if the young person reveals good performance, a consistent bond with school, appropriate behaviors and valorizes his academic route, score 2. Assiduity, meeting school deadlines and respecting the school community (e.g.: staff, teachers and peers) are indicators of a stable school situation with a positive engagement.

Prosocial attitudes

Rational

Research related to prosocial attitudes as a protective factor is scarce. Most literature approaches attitudes as risk factors (i.e., presence of attitudes favorable to violence as a risk factor). A study found that groups of non-delinquents and violent delinquents showed significant differences in respect to attitudes favorable to violence, the first presenting a higher score when compared to the second (Hart, O'Toole, Price-Sharps, & Shaffer, 2007).

Similarly, intervention programs that promote prosocial attitudes have shown to be promising in combating recidivism. Caldwell, Skeem, Salekin and Van Rybroek (2006) compared two intervention programs for young offenders with high levels of psychopathic traits. Both were based on a cognitive behavioral perspective, but one of them (standard program) used a traditional sanctioning and responsibility philosophy, while the other

(specialized program), besides being more intensive, sought to weaken the antagonism between the offender and social institutions and was concerned with promoting prosocial feelings. The combination of the factors used in the specialized program resulted in a significant reduction in the frequency and severity of violent recidivism, as well as in the time until recidivism occurred.

The New Zealand Correctional Department (2009) reveals that the long-term involvement in non-criminal and prosocial social networks (e.g., being a church member), tends to be crucial in maintaining change and the reduction of recidivism.

Score

2	Prosocial attitudes present.
1	Prosocial attitudes present to a certain extent.
0	Absence of prosocial attitudes.
X	There is insufficient information to score this item.

Score 2 when that the young person has beliefs and thoughts that lead him to consistently behave and / or react conventionally (i.e., according to the prevailing social norms and standards) in relation to other people, objects or situations. Score 1 when these attitudes are present to some extent, that is, when they are present only in certain areas or only in certain situations. When the young person does not show prosocial attitudes or shows antisocial attitudes, score 0.

References

- Alboukordi, S., Mohammad Nazari, A., Nouri, R. & Sangdeh, J. (2012). Predictive Factors for Juvenile Delinquency: The Role of Family Structure, Parental Monitoring and Delinquent Peers. *International Journal of Criminology and Sociological Theory*, 5 (1), 770-777.
- Caldwell, M., Skeem, J., Salekin, R., & Van Rybroek, G. (2006). Treatment response of adolescent offenders with psychopathy features: A 2-year follow-up. *Criminal Justice and Behavior*, 33 (5), 571-596.
- Crosnoe, .R, Erickson, K.G, Dornbusch, S.M. (2002). Protective functions of family relationships and school factors on the deviant behavior of adolescent boys and girls. Reducing the impact of risky friendships. *Youth and Society*, 33, 515–44. DOI: 10.1177/0044118X02033004002.

- Department of Corrections (2009). What Works Now? A review and update of research evidence relevant to offender rehabilitation practices within the Department of Corrections. Strategy, Policy and Planning. New Zealand. Retrieved from <http://www.corrections.govt.nz/resources.html>.
- Hart, J. L., O'Toole, S. K., Price-Sharps, J. L., & Shaffer, T. W. (2007). The Risk and Protective Factors of Violent Juvenile Offending: An Examination of Gender Differences. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 5(4), 367–384.
DOI:10.1177/1541204006297367.
- Holden, T. and Lloyd, R. (2004). *The role of education in enhancing life chances and preventing offending*. Home Office Development and Practice Report 19, Home Office, London.
- Orpinas, P, Murray, N., & Kelder, S. (1999). Parental Influences on Students' Aggressive Behaviors and Weapon Carrying. *Health Education and Behaviour*, 26. DOI: 10.1177/109019819902600603.
- Payne, A. A. N. N., Gottfredson, D. C., & Gottfredson, G. D. (2003). Schools as communities: the relationships among communal school organization, student bonding, and school disorder. *Criminology*, 41 (3). DOI:10.1111_j.1745-9125.2003.tb01003.x.